



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

EDUARDO SOUZA SILVA

**POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA NA PARAÍBA:
UMA ANÁLISE DE SEUS RESULTADOS.**

**SUMÉ - PB
2017**

EDUARDO SOUSA SILVA

**POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA NA PARAÍBA:
UMA ANÁLISE DE SEUS RESULTADOS.**

**Monografia apresentada ao Curso
Licenciatura em Ciências Sociais do
Centro de Desenvolvimento Sustentável
do Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciado em
Ciências Sociais.**

Orientador: Professor Dr. José Maria Pereira da Nóbrega Júnior.

**SUMÉ - PB
2017**

S586p **Silva, Eduardo Souza.**
 Política pública de segurança na Paraíba. / Eduardo Souza Silva.
Sumé - PB: [s.n], 2017.

52 f.

Orientador: Professor Dr. José Maria Pereira da Nóbrega Júnior.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais..

1. Violência na Paraíba. 2. Segurança Pública. 3. Política de segurança. I. Título.

CDU: 316.334.56(043.1)

EDUARDO SOUZA SILVA

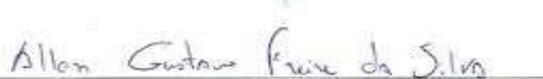
**POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA NA PARAÍBA:
UMA ANÁLISE DE SEUS RESULTADOS.**

**Monografia apresentada ao Curso
Licenciatura em Ciências Sociais do
Centro de Desenvolvimento Sustentável
do Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial
para obtenção do título de Licenciado em
Ciências Sociais.**

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. José Maria Pereira da Nóbrega Júnior
(Orientador – UAEDUC/CDSA/UFCG)


Prof. Dr. José Irivaldo Alves Oliveira Silva
(Examinador Titular – UAEDUC/CDSA/UFCG)


Prof. M.e. Allan Gustavo Freire da Silva
(Examinador Titular – UAEDUC/CDSA/UFCG)

Trabalho aprovado em: 03 de maio de 2017.

SUMÉ - PB

Aos meus pais que me deram a vida, a educação e a oportunidade de estar concluindo mais uma etapa desta história.

Ao meu sobrinho Kaleb que está iniciando sua vida, Deus o proteja e guarde sobre suas bênçãos sempre;

E a todos que gloriosamente enfrentam os desafios da segurança pública no Brasil, também agregando aos que lamentavelmente foram perdidos para a criminalidade, que possam estar em um lugar melhor.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por todas as condições que ele me permitiu. Aos meus pais Edivaldo Geraldo da Silva e Zilda Souza Silva que me deram forças para superar cada obstáculo da vida e acreditaram todos os dias em mim. A minha irmã Daniele e meu cunhado Rafson por serem espelhos de pessoas altamente esforçadas e a todos os familiares que se esforçaram a meu favor na conclusão desta etapa da minha vida.

Em especial, agradeço ao profissional que tenho como referência na área de segurança pública desde o primeiro dia de aula, o professor José Maria Pereira da Nóbrega Júnior que esteve ao meu lado nas orientações desde o primeiro período deste curso, com o Núcleo de Estudos da Violência da UFCG e com os programas de iniciação científica que desempenhamos juntos no decorrer de minha formação. No geral, sinto-me no dever de crescer cada dia mais na área que decidi estudar e maior parte disso, devo ao senhor que me mostrou quão importante é trabalhar com a área de políticas públicas.

Aos professores que contribuíram com minha formação acadêmica, são ensinamentos que levarei para a vida toda, cada atenção tanto dentro como fora da universidade, agradeço o carinho de todos. Em especial aos que mais me influenciaram, Kelly Cristina, José Irivaldo, Allan Gustavo, Vilma Soares, Luiz Antônio, Paulo Diniz, Marciano Monteiro, Erivan Araújo, Rafael Maia e Luciana Ribeiro.

Alguns amigos queridos que foram fundamentais em vários momentos tanto no lazer como nos momentos sérios para que eu concluísse essa etapa. Destaco o pessoal do Club 427, da equipe vinisom e em destaque a meus amigos: Wagner Victor, João Paulo, Kimura, Samuel Miranda, Klênio Roberto, Milenna Jordana, Anessa Fernanda, Thais Brito, Renata Chaves, Maria Helena, Laura Fernandes, Ligia Laiany José Ronivaldo e Augusto Junior que dividiu apartamento comigo e sempre foi companheiro nas melhores horas. A Laraliny Fernandes que foi uma parceira por muito tempo, sempre dando forças e fé para manter a caminhada. E por fim, agradeço a minha grande amiga Joice Costa que sempre esteve comigo desde a infância e me fortalece a cada dia com seus conselhos.

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar a dinâmica da violência homicida no Estado da Paraíba de 2000 a 2014, dando ênfase aos últimos quatro anos analisados e destacando as variáveis explicativas para o fenômeno. A pesquisa se divide em três partes: A primeira conta com uma revisão da literatura que aborda a violência no âmbito nacional; A segunda contextualiza e caracteriza a violência no Estado, realizando o cruzamento de dados a exemplo dos índices socioeconômicos; E o terceiro e último capítulo foca no diagnóstico da política pública supracitada, buscando identificar as ações de destaque realizadas no programa entre o período de 2011 a 2014. Para isso, foi utilizado o método quantitativo com análises descritivas de dados e testes de estatística simples para medir o nível de inferência sobre as hipóteses criadas no estudo. Os resultados da pesquisa demonstraram: 1. O perfil da vítima e do homicida são semelhantes; 2. Quanto maior é o nível de instrução educacional do indivíduo, menor é a probabilidade da inserção à criminalidade; 3. As condições sociais melhoraram enquanto o panorama da violência aumentou no Estado; 4. Quatro anos antes do Paraíba Unida Pela Paz, os números de homicídios absolutos cresceram mais de 64 % e quatro anos após esses números decaíram 18%; 5. O número de crescentes de apreensão por armas de fogo demonstrou forte correlação no combate a violência homicida; 6. A população carcerária está concentrada principalmente em indivíduos que cometeram crimes contra o patrimônio.

Palavras-chave: Violência. Segurança Pública. Política pública.

ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the dynamics of homicidal violence in the Brazil Paraíba State from 2000 to 2014, emphasizing the last four years analyzed and highlighting the explanatory variables for the phenomenon. The research is divided into three parts: The first account with a literature review that addresses violence at the national level; The second contextualizes and characterizes the violence in the State, making the crossing of data such as socioeconomic indexes; And the third and final chapter focuses on the above mentioned public policy diagnosis, seeking to identify the outstanding actions carried out in the program between the period of 2011 to 2014. For this, the quantitative method was used with descriptive data analysis and simple statistical tests for Measure the level of inference about the hypotheses created in the study. The results of the research demonstrated: 1. The profile of the victim and the homicide are similar; 2. The higher the level of educational instruction of the individual, the lower the probability of insertion into crime; 3. Social conditions have improved while the outlook for violence has increased in the state; 4. Four years before Paraíba United for Peace, absolute homicide numbers grew more than 64%, and four years after those figures fell by 18%; 5. The growing number of firearms seizures has shown a strong correlation in the fight against homicidal violence; 6. The prison population is mainly concentrated in individuals who have committed crimes against property.

Keyword: Violence. Public security. Public policy.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Números absolutos dos homicídios na Paraíba desde o ano 2000 ao ano 2014.....	12
Gráfico 2 -	Taxas de homicídios por 100 mil habitantes na Paraíba em dois períodos diferentes(2000 e 2014). Campina Grande, João Pessoa, Patos, Santa Rita, Sousa e Paraíba.....	27
Gráfico 3 -	Média da faixa etária dos homicídios nas cidades de Campina Grande, João Pessoa, Patos, Santa Rita e Sousa no ano 2000.....	29
Gráfico 4 -	Média da faixa etária dos homicídios nas cidades de Campina Grande, João Pessoa, Patos, Santa Rita e Sousa no ano 2012.....	30
Gráfico 5 -	Números absolutos dos homicídios nas principais cidades focais do programa Paraíba Unida pela paz, quatro anos antes e quatro anos após a instauração do projeto. Destacando as variações percentuais dos períodos citados.....	36
Gráfico 6 -	Gastos em Segurança Pública na Paraíba 2009-2014.....	37
Gráfico 7 -	Números absolutos de apreensão de armas de fogo na Paraíba nos anos de 2010 a 2014, destacando as variações percentuais de cada período.....	43
Gráfico 8 -	Quantidade de crimes tentados ou consumados. Perfil geral do sistema penitenciário paraibano.....	46
Gráfico 9 -	Perfil dos presos no sistema penitenciário paraibano, por grau de instrução no ano de 2014.....	47

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1** - Variação Percentual dos números absolutos de homicídios 00-14, Variação Percentual das Taxas de Homicídios 00-14 (2000-2014) - Campina Grande, João Pessoa, Patos, Santa Rita, Sousa e Paraíba..... 27
- Tabela 2** - Explicação sobre o perfil da vítima de homicídio identificando o Estado Civil, Sexo, escolaridade e cor da pele das vítimas. Os números são resultado da soma total dos homicídios no período de 2000/2012 em Campina Grande, João Pessoa, Patos e Santa Rita..... 28
- Tabela 3** - Local de ocorrência dos homicídios na Paraíba. A tabela é resultado da soma dos homicídios no ano 2000 a 2014, destacando as duas principais cidades e todo o Estado..... 30
- Tabela 4** - Dados socioeconômicos (Campina Grande, João Pessoa, Santa Rita e Paraíba) com as respectivas taxas de homicídios nos anos de 2000 e 2010..... 32
- Tabela 5** - Correlação bivariada simples entre os números de apreensão de armas de fogo com os números absolutos de homicídios no Estado da Paraíba de 2011 a 2014..... 43
- Tabela 6** - População carcerária no Estado da Paraíba nos anos de 2010 a 2014. A tabela traz a quantidade de apenados por sexo, as taxas por grupos de 100mil e informações sobre o déficit de vagas a cada ano..... 44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AISP - Áreas Integradas de Segurança Pública;

CGIAE – Coordenação Geral de Informações e Análises Epidemiológicas;

COPIS – Coordenação de População e Indicadores Sociais;

CVLI – Crimes violentos letais intencionais;

CVP – Crime Violento Contra o Patrimônio;

DATASUS – Banco de Dados do Sistema Único de Saúde;

DCCP – Delegacia de Crimes Contra a Pessoa;

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional;

DISP – Distrito integrado de Segurança e Defesa Social;

DPE -Diretoria de pesquisas;

E_ANOESTUDO – Expectativa de anos de estudo;

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente;

GINI – Índice de Gini;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IDHM - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal;

INFOPEN – Sistema Integrado de Informações Penitenciárias;

IPC – Instituto de polícia científica;

MS – Ministério da Saúde;

NACE – Núcleo de Análise Criminal e Estatística;

PIB – Produto Interno Bruto;

PMPOB – Percentual de Proporção de Pobres;

PPOB - Percentual Proporção de Vulneráveis à Pobreza;

PUPP – Paraíba Unida Pela Paz;

RDPC - Renda *per capita*;

SEDS - Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social;

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública;

SIM – Sistema de Informações sobre mortalidade;

SVS – Secretaria de Vigilância em Saúde.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL.....	16
3	RADIOGRAFIA DOS HOMICÍDIOS NA PARAÍBA.....	26
3.1	FACE DA CRIMINALIDADE VIOLÊNTA NA PARAÍBA.....	28
3.2	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E TAXAS DE HOMICÍDIOS.....	31
4	O PAPEL DO ESTADO NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA.....	34
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA PARAÍBA UNIDA PELA PAZ.....	37
4.1.1	Operação Autoria CVLI.....	39
4.1.2	Operação Malhas da Lei.....	39
4.1.3	Operação Risco Zero.....	40
4.1.4	Operação laudo Prioritário.....	40
4.1.5	Operação Cidade Segura/Nômade.....	40
4.1.6	Operação Saturação.....	41
4.1.7	Operação Quadrantes de Polícia Solidária.....	41
4.1.8	Resgate pela Vida.....	41
4.2	ESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL PARAIBANO.....	44
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
	REFERÊNCIAS.....	51

1 INTRODUÇÃO

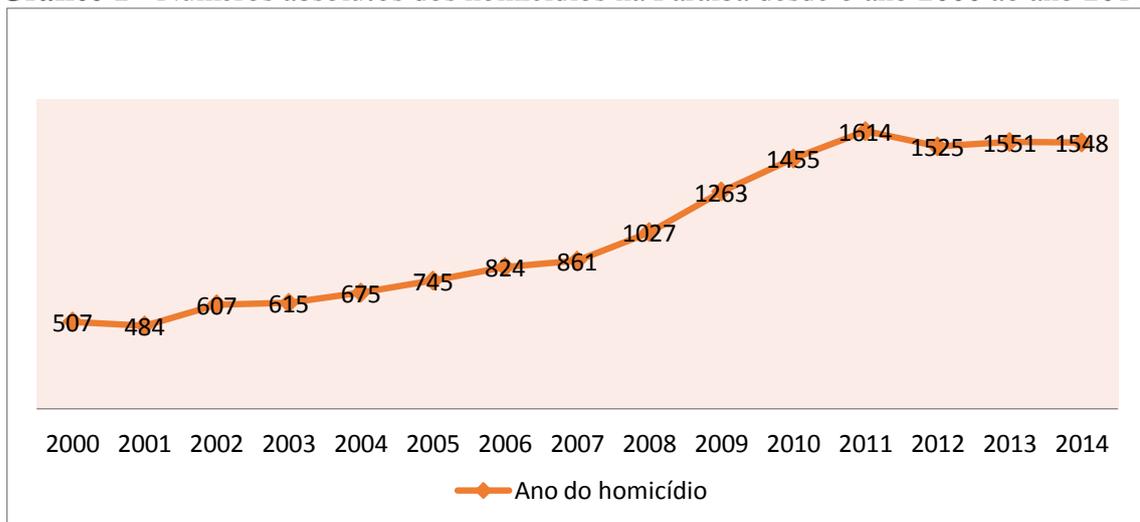
Como dever do Estado e direito e responsabilidade de todos, a segurança pública tem o propósito de manter a ordem pública e a preservação do patrimônio alheio, sobretudo, a garantia do direito à vida. Para tanto, há instituições responsáveis por reforçar o seguimento, a exemplo das polícias, principalmente: civis e militares.

Neste contexto, uma das problemáticas centrais é a forma pelo qual os recursos públicos estão sendo utilizados, cenário que parece ser uniforme nos estudos que fazem levantamento desses recursos. Quando voltamos às atenções para o que a grande literatura trata, percebemos os déficits na questão: gastos *versus* eficiência, o dilema se apresenta como dificuldades no comprometimento de políticas públicas exitosas.

Loureiro e Júnior (2007), fizeram um levantamento sobre gastos em segurança pública e assistência social como forma de medir a influência sobre a diminuição da violência urbana. Os autores, utilizando de modelos de correlação, testaram a influência desses gastos no combate à criminalidade, apresentando os impactos sobre os crimes de: roubos, furtos, sequestros e homicídios. O resultado do estudo mostrou que quanto maior for o investimento em segurança pública menor será o poder de dissuasão criminosa, embora tenha se mostrado pouco influente no combate ao homicídio.

O Estado da Paraíba é marcado pelo crescimento da violência homicida nos últimos anos. Como demonstrado no Gráfico 1, o Estado teve um aumento significativo de 205% nos números absolutos de morte por agressão de 2000 a 2014.

Gráfico 1 - Números absolutos dos homicídios na Paraíba desde o ano 2000 ao ano 2014.



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e IBGE. Diretoria de Pesquisas DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS. Gráfico do autor, (2017).

De todo modo, a preocupação com a insegurança não se limita apenas ao homicídio, mas a todos os aspectos de violência e invasão da propriedade privada. Apesar de o homicídio ser considerado socialmente e juridicamente, um dos piores crimes, as forças públicas não podem concentrar esforços somente nele.

O ano de 2011 foi marcado pela troca de governadores estaduais e da nova política de segurança na Paraíba. Nos anos seguintes ao surgimento do programa, os homicídios decaíram como podemos observar no Gráfico 1. Buscar explicações para essa diminuição e estudar o nível de influência desta política é o que analisaremos mais adiante.

Desta forma, este trabalho buscará fazer um diagnóstico do crime violento levando em consideração os homicídios como *proxy*¹ para avaliar a violência do Estado da Paraíba. A série temporal analisada é do ano 2000 – 2014, destacando o período de 2011-2014 (primeira gestão do governador Ricardo Coutinho). O período selecionado foi destacado por dar início a novas ações do governo, essas que influenciaram diretamente na redução de alguns índices de violência.

Como já mencionado, há uma preocupação com o crescimento da violência no Estado da Paraíba, a preocupação é ainda maior quando levamos em consideração a localização geográfica do Estado e sua Região. Segundo os dados do Ministério da Saúde, o Nordeste se apresenta como a região mais violenta do país, sendo responsável, sozinha, por pouco mais de 37% dos homicídios no Brasil, ou seja, o problema da violência urbana perpassa a particularidade de um estado. A crise de segurança pública é um problema nacional.

A partir do levantamento precedente de Estudos regionais, é possível observar que alguns problemas estruturais/sociais relacionados à condição de vida das pessoas vêm melhorando consideravelmente com o passar dos anos, bem como afirma Soares (2008), nos últimos 50 anos, o analfabetismo despencou no Brasil, assim como a mortalidade infantil e a pobreza absoluta. Os pobres são menos pobres, os ricos e a classe média também têm mais do que antes, mas as taxas de homicídio não decaíram, ao contrário, cresceram durante quase um quarto de século.

No Estado da Paraíba o cenário não muda, os índices que medem a situação social e econômica apresentam melhorias, mas não apresentaram redução direta na violência homicida. Para tanto, esta afirmação não está levando em consideração fatores estruturais sociológicos que condicionam à ação criminosa, logo a afirmação é passível de mudanças.

¹ Na estatística *proxy* é o mesmo que variável substituta.

O objetivo principal deste estudo consiste em analisar a dinâmica da violência urbana no Estado da Paraíba, destacando as variáveis explicativas para o crescimento das taxas de homicídios de 2000 a 2014, dando ênfase aos últimos quatro anos analisados, sendo este, resultado do primeiro mandato do governador Ricardo Coutinho (2011-2014) que como explicado, resulta na política de novas ações no combate à criminalidade. Dentre esses, aponto alguns objetivos específicos:

- Destacar variáveis explicativas para a violência homicida;
- Fazer testes de correlação entre os índices socioeconômicos como desigualdade social, percentual de pobreza, níveis de escolaridade dentre outros, e sua relação com a vulnerabilidade ao crime;
- Diagnosticar o programa de política pública de segurança na primeira gestão do Governador Ricardo Coutinho, apontando quais ações se sobressaem com mais influência; Onde essas políticas estão concentradas; O desempenho institucional do aparato repressivo do Estado; A proposta empírica plausível do programa, entre outros.

A metodologia da pesquisa será quantitativa, com a utilização de dados secundários do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Perfil dos Municípios Brasileiros (2014) – elaborado pelo IBGE -, o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM/DATASUS) período 2000/2014 -, dados do Sistema de Informação do Departamento Nacional Penitenciário (InfoPEN/DEPEN)-, dados do Ministério da Justiça/SENASP -, Informações do Fórum Brasileiro de Segurança Pública -, Dados do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013). Também apontar elementos de subsídio informacional junto à secretaria de segurança pública e núcleos de estatística da polícia civil, ambos do Estado da Paraíba.

Partes desses dados serão trabalhados com auxílio de softwares como o Excel e o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), no intuito da elaboração das planilhas e dos modelos estatísticos (descritivos e inferenciais). O modelo estatístico executado no trabalho corresponde ao coeficiente de correlação de Pearson (ou bivariada simples), este mede o grau de correlação e direção da correlação, se é positiva ou negativa, entre duas variáveis X e Y.

A fórmula matemática do modelo de Correlação de Pearson é a seguinte:

$$\rho = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \cdot \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}} = \frac{\text{cov}(X, Y)}{\sqrt{\text{var}(X) \cdot \text{var}(Y)}}$$

onde x_1, x_2, \dots, x_n e y_1, y_2, \dots, y_n são os valores medidos de ambas as variáveis.

A análise correlacional indica a relação entre duas variáveis lineares e os valores sempre serão entre +1 e -1. O sinal indica a direção, se a correlação é positiva ou negativa, e o tamanho da variável indica a força da correlação.

As taxas de homicídios são calculadas por cada grupo de cem mil habitantes:

$$TxHomI = NabsHomI/PopI = x 100.000 = RtxHomI$$

A taxa de homicídios de I é resultado da divisão dos números absolutos de I sobre sua população. O produto desta divisão é multiplicado por 100 mil o que resulta da taxa. Este modelo será desenvolvido no software Excel.

A pesquisa foi elaborada durante todo o progresso de minha formação no curso de Ciências Sociais. A participação no Núcleo de Estudos da Violência da UFCG (NEVU) e nos trabalhos do Programa Institucional de Bolsa de Estudos para Iniciação Científica (PIBIC), contribuíram fortemente na construção do presente trabalho.

O trabalho a seguir é desenvolvido em três capítulos subdivididos por temáticas para compreensão do escopo geral. O primeiro capítulo é teórico com estudos que fundamentarão as ideias tratadas adiante. O segundo capítulo remete a dinâmica dos homicídios no Estado e o terceiro e último capítulo é referente ao objetivo principal desta obra, a análise da política de segurança pública na Paraíba.

2 ESTUDOS SOBRE VIOLÊNCIA E SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL

Este capítulo é encarregado de fundamentar as ideias tratadas no decorrer deste trabalho. A proposta fundamental é expor uma investigação a respeito das causalidades da violência homicida nas principais cidades paraibanas, tendo como base, a produção de estudos acadêmicos relevantes e recentes, com pesquisadores que utilizam de métodos empíricos e concretos.

A partir desta revisão pretendemos entender a dinâmica da violência homicida, não somente no Estado da Paraíba como em nível de Brasil, pontuando questões para análises sociais, econômicas e políticas, fazendo um levantamento de estudos que medem a influência do meio social, das condições socioeconômicas, dos governos, do aparato policial e do sistema carcerário.

Esse exercício é importante, pois nos dá a dimensão das principais variáveis a serem testadas em nossa pesquisa.

Desde 1980, as taxas de homicídios passam por grande incremento, alcançando números inaceitáveis em muitos dos estados da federação. Os jovens do sexo masculino são os mais vitimados pela criminalidade homicida. Além das perdas humanas, isto gera um impacto negativo tanto na sociedade como na economia. As explicações para este significativo crescimento são múltiplas. Desde as que apontam a pobreza e a desigualdade social até as que levam em consideração o cálculo estratégico dos atores criminosos às práticas dos delitos. A ineficácia institucional também aparece como causa para o fortalecimento dos crimes violentos (Nóbrega Júnior, Zaverucha e Rocha, 2009).

Nóbrega Jr. (2012) ressalva o impacto do crescimento da violência no Brasil, com destaque para o Nordeste, tida como a região com maiores números e taxas de homicídios por cem mil habitantes. Considera que a violência vem mudando a face comportamental da sociedade, impondo um alto custo em termos socioculturais e políticos, além de atingir decisivamente a atividade econômica e impor um alto custo para as contas públicas, espalhando o medo na sociedade, impondo comportamentos altamente defensivos levando à desconfiança entre os cidadãos, vindo a fragilizar a nossa já débil cultura cívica.

No que se refere ao perfil dos homicídios, o cenário não muda muito com o passar dos anos. Estudos como os de Muchembled (1989) confirmou que os homicidas e suas vítimas são muito semelhantes aos de hoje, a maioria era composta por homens, jovens, pobres e que o contexto mais frequente do homicídio tinha semelhança com o de hoje: no fim do dia (tal

como cultural e tecnologicamente definido), no fim de semana, perto de local de venda de bebidas.

Ratton (2014) demonstra que os crimes resultam de naturezas diferentes na relação do criminoso com sua vítima. O autor salienta que em crimes como homicídio e assalto tendem a ocorrer quando a vítima e o delituoso se conhecem, geralmente alcoolizadas, já estupros e roubos acontecem com maior frequência entre pessoas desconhecidas.

Souza (2003) afirma que a violência letal é um fenômeno nacional, mas os homicídios são decorrentes do crescimento populacional de capitais e regiões metropolitanas com tendências a estagnação econômica, sob o processo de urbanização acelerada e desigualdade de renda acentuada. Essas regiões por sua vez, sofrem com a ausência de serviços públicos e falta de acesso e descaso da justiça dificultando ainda mais a solução de conflitos.

Estudos voltados para compreender as causalidades das práticas criminosas, demonstram as mais diversas perspectivas ideológicas dentro dos estudos sobre a violência. Esses vão desde as necessidades de consumo básico do indivíduo, até a prática como resultado da escolha racional, passando por imposições sociais ou até mesmo pelo "o que é mais vantajoso".

Mendonça (2000) assegura que o indivíduo possui um consumo referencial imposto pelos padrões da sociedade. A partir do momento em que esse agente não tem o consumo satisfeito, gera-se uma insatisfação que o leva à prática criminosa. Em outras palavras, a insatisfação gerada pela exclusão formal do mercado consumidor reduz a utilidade, fazendo com que o indivíduo perceba sua renda como menor, inibindo, por consequência, o valor descontado da sua utilidade futura, vindo assim a contribuir como mais um elemento de motivação para entrar no mercado da criminalidade.

O crime resulta de uma complexa interação de fatores individuais, interpessoais, institucionais e estruturais. Os múltiplos componentes devem ser levados em consideração para análise dos nexos causais da violência homicida, não adianta estipular uma teoria e deixa-la por determinar a ação. Por se tratar de uma complexidade, é necessária a inspeção detalhada de todos os fatores.

Existem mecanismos estruturais que podem contribuir diretamente no ato, como valores individuais relacionados à cultura, assim como ao nível socioeconômico do indivíduo. Uma das abordagens teóricas mais criticadas pela criminologia é o manifesto em dizer que a criminalidade está estritamente relacionada à pobreza.

Karl Marx, grande referência teórica em apoio a esta linha de raciocínio, afirma que "O crime é concebido como parte do conflito a partir da exploração da classe trabalhadora pela burguesia. O capitalismo provocaria desemprego e pobreza em

amplios segmentos do proletariado, gerando o exército industrial de reserva”. “O aparato repressivo do Estado (polícia, justiça, prisão) refletiria apenas os interesses da classe social dominante no capitalismo”. (Sapori e Soares, 2014, P.41)

Uma conjectura bastante estudada nas análises sociológicas do crime é a teoria da desorganização social, fundamentada por Shaw e McKay em entre 1920 e 1930. Esta tese indica que as regiões mais violentas ficam localizadas em bairros pobres, periféricos, habitados por populações de origens variadas com valores diversos. Para tanto, a teoria não estabelece uma correlação direta entre pobreza e crime, ela alerta para maior probabilidade de pessoas de baixo poder aquisitivo estarem sujeitas ao crime se não souberem ponderar as circunstâncias. A delinquência não resulta do indivíduo, o fenômeno é grupal.

A teoria do autocontrole sustentada por Travis Hirschi (1969) apresenta as formas individuais de resistir às tentações do crime. Assegura que todos estão sujeitos à ação delituosa, independente se é considerado normal ou que apresenta “comportamento delinquente”, a atividade criminosa é resultado de um baixo autocontrole e a tentação principal são os benefícios em curto prazo.

Outra teoria desenvolvida foi a da escolha racional, surgindo como resultado de estudos de autores a exemplo de Anthony Downs, James Buchanan, Gordon Tullock, George Stigler e Mancur Olson a teoria sustenta a ideia que o indivíduo é um sujeito racional que faz escolhas que vão lhe propiciar benefícios imediatos pelo caminho mais fácil. Assim, o criminoso é um sujeito calculista, que avalia a relação de custo benefício levando em consideração o que pode ou não ser vantajoso em suas ações, considerando suas dificuldades, perdas e punições até o nível de ganho que a ação vai lhe proporcionar (BECKER, 1968)

Loureiro e Carvalho Jr. (2006) acreditam que quanto maior o rendimento do mercado de trabalho legal, menor serão as taxas de crimes. Essa ótica segue a lógica de que o criminoso é motivado por questões de interesses econômicos rentáveis. Portanto, quanto mais o mercado legal lhe propiciar ocupação e renda, menor será sua motivação ao ingresso na criminalidade, assim, gastos em assistência social competem um efeito dissuasório sobre o crime, até um pouco mais que os gastos diretos em segurança pública.

A teoria das oportunidades ou teoria das atividades rotineiras foi uma proposta dos sociólogos Richard Cloward e Lloyd Ohlin (1960), explicando que a ação criminosa não parte de características do criminoso, mas a partir das atividades rotineiras exercidas por suas vítimas. O cotidiano rotineiro da vítima pode motivar a ação criminosa estimando que o criminoso “estuda” seu dia a dia antes de praticar o delito.

De fato não se pode ao certo classificar que uma determinada teoria está correta e que se devem desconsiderar as outras, as teorias estão em pauta para serem estudadas e avaliadas, com o propósito de contribuir nas análises sociais do crime.

Nóbrega Jr. (2012) defende que a teoria da escolha racional, é fundamental para explicar os motivos que levam os indivíduos a cometerem homicídios. Se aquele que comete o delito de homicídio não é preso, seria vantajoso cometer assassinatos, já que a polícia e o sistema de justiça pouco fazem para inibir este tipo de crime.

Ainda em relação à importância de estudos sobre a violência, Saporì e Soares (2014) evidenciam que a Sociologia, Psicologia e Economia contribuem na investigação de mecanismos eficientes no controle da violência. Para eles a prevenção do crime envolve ações que interrompam o contexto das oportunidades relacionadas aos fatores de risco. De tal modo, a redução da violência urbana se dará por um processo de políticas de segurança pública bem elaboradas, junto a um aprimoramento do aparato repressivo do Estado e o investimento na previdência Social.

Nesta dimensão, qualquer programa social criado requer atualizações de efeito, ou seja, uma ação criada e estabelecida num período plácido pode necessitar de alterações para se adequar a um período conturbado, devendo se adequar às constantes mudanças sociais.

Contudo, o que há de mais relevante nos estudos da violência homicida é ação do governo no que diz respeito ao controle social, mais precisamente a segurança pública. As políticas públicas são, para Saporì (2008), a resolução para os conflitos existentes na sociedade. É o Estado trabalhando para resolver "problemas" que afetem o coletivo, utilizando-se do aparato administrativo-burocrático, como forma de planejamento de políticas. Zelando pela preservação do patrimônio dos cidadãos e suas respectivas integridades físicas.

Saporì (2008) também encontrou uma correlação entre gestão da política de segurança pública na capacidade da redução da incidência da atividade criminosa, provendo de forma eficiente a ordem pública como bem coletivo. Assegura que política de segurança pública efetiva é aquela capaz de atuar sobre as causas mais profundas do fenômeno criminoso devendo essa combinar ações que diminuam a disponibilidade de alvos, aumentando à proteção a vigilância dos mesmos, e reduzindo a possibilidade de que surjam novos atores sociais motivados para o crime, pois a obstaculização do ator motivado é uma das estratégias de inibição do crime. Ou seja, a criação de obstáculos aos atores motivados para o crime diminui a probabilidade de que venham a cometer ações criminosas.

Na questão que problematiza a localização das políticas de segurança pública, Souza (2003) argumenta que este segue um perfil privilegiado, longe de beneficiar as classes baixas

da sociedade (bairros periféricos), e que apesar da pobreza não assumir diretamente um perfil violento, ela sofre pela ausência dessas políticas em locais que ocorrem à violência homicida, e aclama por moradores de bairros centrais de classe média e alta que reclamam, sobretudo de crimes contra o patrimônio e sequestros. O fato é decorrente do maior poder de pressão desses grupos e do maior impacto político que acaba sendo mais visibilizada, isto se assinala como miopia da discriminação separando os criminosos (representados como moradores, negros e pardos de bairros pobres) das pessoas respeitadoras da lei (brancas que moram em bairros nobres e condomínios fechados).

Silveira (2014) alerta para a importância de um planejamento adequado das políticas públicas de segurança, enfatizando a reação que cada artifício pode ocasionar em um determinado espaço. O fundamento dessa orientação é que o “achismo” pode causar efeitos desastrosos e levar ao desperdício de recursos públicos, desviando o foco das reais prioridades do projeto. Alerta ainda, que as políticas públicas de segurança devem ser concentradas na prevenção do crime em comunidades. A proposta é trazer modificações na infraestrutura, cultura e no ambiente físico da comunidade com a promoção de atividades de lazer e ocupação para jovens, sobretudo, de 15 a 29 anos que estão mais vulneráveis ao crime. Desta forma, o que se espera é uma mobilização geral que resultaria numa vigilância de ações, aumentando por consequência a segurança coletiva.

Nesta mesma linha de entendimento, Saporì e Soares (2014) em trabalho recente destacaram a fragilidade do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no que tange os crimes de grande potencial ofensivo, como é o homicídio. Relevaram a impunidade contida no ECA que anula a possibilidade de jovens agressores serem julgados conforme o Código Penal brasileiro. Isto resultaria em mais crime, pois jovens menores de dezoito anos teriam maiores motivações para a prática de crimes graves, devido o baixo custo da contrapartida estatal como monopólio da força.

No que se refere ao papel do Estado no comprometimento de uma segurança pública eficiente, Nóbrega Jr. (2012) coloca como variável determinante em muitos contextos socioeconômicos e políticos no Brasil. Ressalva que a literatura nacional aponta para diversas relações de causalidade, mas quase toda é unânime quanto ao aspecto político da gestão do Estado na pasta da segurança.

Em conexão, Saporì (2008) analisou que o nível de governabilidade da política pública de controle da criminalidade, é reduzido em comparação com a provisão de outros bens coletivos, como saúde e educação. Pra ele, quando o âmbito de governabilidade é restrito, a

competência governamental para prover a ordem pública com eficácia e eficiência é comprometida, mas não necessariamente inviabilizada.

Tulder e Torre (1999) problematizam a ineficiência do Estado no funcionamento das políticas, das instituições, do julgamento e do sistema prisional, como fatores que possuem extrema influência sobre a ação criminosa. A partir da baixa probabilidade punitiva e da maior rentabilidade nos ganhos, os criminosos são motivados ao delito.

Ferreira *et al* (2009), Khan e Zanetic (2009) apontam as prefeituras como ator político relevante no combate a criminalidade violenta, devendo, portanto, auxiliar com estudos específicos sobre o município, identificando pontos estratégicos para ação policial e etc. Há forte relação entre consumo de bebidas alcoólicas e a prática de atos agressivos, dentre eles as mortes por agressão/homicídios. Ao lado de armas de fogo, as bebidas alcoólicas são um dos mais importantes fatores criminogênicos que potencializam ainda mais a violência.

Sapori e Soares (2014) afirmam que os órgãos repressivos do Estado têm capacidades de inibir a ação criminosa e diminuir substancialmente a criminalidade. É o que se denomina efeito de incapacitação de criminosos.

Loureiro e Carvalho Jr. (2006) afirmam que a variável de gastos públicos em segurança se concentram em sua grande parte no aumento do contingente policial, na intenção de diminuir a probabilidade da ação criminosa ou no auxílio a captura do delituoso. Já os gastos em assistência social, iria buscar um efeito de redução dos incentivos ao crime (melhor qualidade de vida), como: elevação da renda; abertura a capacitação profissional e adequação dos indivíduos ao mercado legal de trabalho. Por consequência disso, uma redistribuição de renda e redução na desigualdade econômica. Desta forma, os investimentos voltados à segurança pública devem auxiliar no aparato repressivo e preventivo do Estado, em estrutura e ação. O efeito dos gastos públicos pode ter duas influências, uma em curto prazo e outra a longo. Em curto prazo, os investimentos exerceriam um papel de diminuir a desigualdade e a pobreza, reduzindo as pressões imediatas que estimulam o crime. E ao longo prazo, os gastos assistencialistas dariam condições e oportunidades aos indivíduos ascenderem socioeconomicamente, melhorando, desta forma, o acesso à informação e à educação.

Cerqueira (2014) afirma que a frustração causada pela privação de alguns bens da Sociedade, a falta de oportunidades nos mercados de trabalhos legais e a concentração da renda podem motivar os indivíduos a cometerem atividades criminosas e resultar até em homicídios por razões interpessoais ou de interesses meramente econômicos.

Ratton (2014) relatou que a estrutura social afeta os níveis de criminalidade de forma paradoxal. De um lado, motiva os indivíduos a buscar rendas imediatas pela privação de bens,

de outro fornece menos alvos em período de estagnação econômica. Esta compreensão sociológica das relações remete considerar que a natureza socioeconômica atua em diferentes direções, podendo ser tanto propulsoras quanto redutoras da criminalidade.

As teorias da subcultura da violência postulam que pessoas de status socioeconômico baixo apresentam características culturais distintas que as encorajam ao comportamento criminoso. As principais formulações, que podem ser classificadas sob rótulos geral de teorias de subcultura, são as de Cohen, Miller, Wolfgang e Ferracuti, Lewis e Banfield (RATTON, 2014, p. 592).

Loftin e Nash (1985) observaram os efeitos da pobreza sobre as taxas de homicídios nas maiores cidades dos EUA e concluíram que a pobreza aumenta a taxa de homicídios. Kelly (2000) investigou a relação da desigualdade social com a criminalidade nos Estados Unidos, concluindo que a ação delituosa é extremamente influenciada pelo meio social do indivíduo que, na maioria das vezes, vive em áreas de alta desigualdade, propiciando o incentivo à criminalidade. Hojman (2004) concluiu que a desigualdade, o desemprego e a pobreza na diversidade das cidades latino-americanas, são precursores para a causa dos crimes.

Em contrapartida, Krohn (1976 e 1978) confirma a relação negativa entre desenvolvimento econômico e taxas de homicídios, e a relação positiva entre modernização e crimes contra a propriedade. Segundo estes estudos, as taxas de desemprego não teriam qualquer relação com as taxas de crimes.

Ainda na linha dessa relação entre desenvolvimento e criminalidade, Nóbrega Jr. e Zaverucha (2013) ressaltaram a relação oposta entre desenvolvimento econômico e a violência medida pelos homicídios nas duas principais cidades paraibanas, João Pessoa e Campina Grande. Esses autores, por meio de um modelo de correlação, mostraram que, não obstante o crescimento do PIB², a violência homicida continuou na ascendente com nível alto de correlação entre as variáveis. Concluíram que o crescimento econômico poderia abrir espaços para práticas violentas num ambiente de maiores oportunidades econômicas.

Soares (2008) afirmou que nas últimas décadas a renda média cresceu, ocorreu um aumento significativo na esperança de vida ao nascer, um aumento considerável na escolarização e na alfabetização da população e, em contrapeso, um crescimento nas taxas de homicídios. No Brasil, a distribuição de renda foi quase constante: em mais de três décadas mudou pouquíssimo, não contribuindo para explicar o crescimento da taxa de homicídios. Portanto, não se pode esperar encontrar uma relação entre desigualdade e homicídios no Brasil.

² Produto Interno Bruto.

Beato e Reis (2000) concluíram que o desenvolvimento social e econômico motiva o crescimento da violência especialmente os crimes contra o patrimônio. Os modelos de regressão e os de correlação mostraram baixa significância de relação entre pobreza/desigualdade e criminalidade violenta. Esta é definida como os crimes violentos contra o patrimônio, roubo, roubo à mão armada e roubo de veículo e assalto a veículos.

Em testes de variáveis institucionais, Adorno e Pisinato (2008) averiguaram que há uma baixa disposição da polícia em investigar crimes violentos³ de autoria desconhecida, o que está presente na maioria dos Estados brasileiros. São Paulo, por exemplo, tem aproximadamente 94% dos seus crimes desconhecidos. Isto acarreta dificuldades na geração de inquéritos policiais, tendo em vista que só passam para este processo, boletins de ocorrência investigados e encontrados sua autoria.

Nóbrega Jr. (2014) revelou que o Pacto Pela Vida – plano de segurança pública do Estado de Pernambuco – teve impacto na redução dos homicídios em Pernambuco, a política se firmava no reforço institucional. Os resultados demonstraram que o crescimento do efetivo policial não teve relevância, pois sem planejamento estratégico o crescimento do quantitativo de policiais não dá resposta, mas que as prisões focadas em homicidas tiveram resposta em curto espaço de tempo para a redução dos homicídios naquele estado.

Em relação ao efetivo policial, a Paraíba possui cerca de um policial para cada 400 habitantes, se comparar em nível de Brasil (um policial para cada 363 habitantes) verá que o Estado sofre ainda mais com o efetivo abaixo da média nacional, aliás, o próprio Brasil se comparado a outros países tem baixo efetivo, os Estados Unidos têm um policial para cada 250 pessoas. E apesar de que seja importante dar atenção ao efetivo policial, à quantidade não será suficiente para solucionar o problema de segurança pública, principalmente se levarmos em consideração que a Paraíba é um dos Estados mais violentos do país, o problema da segurança pública vai além do contingente policial, como já mencionado em trabalhos anteriores.

Outro problema apontado pelos especialistas é a impunidade. Saporì (2008) mostra o quanto à impunidade é predominante no território brasileiro, estimando que apenas 5% a 8% dos homicídios ocorridos tenham materialidade identificada. Desta forma, mais de 130 mil homicídios foram registrados sem autoria identificada e por consequência sem qualquer tipo

³ Compreendem crimes violentos (roubo, roubo seguido de morte e homicídio) – (apenas 10% são registrados e convertidos em inquéritos policiais) e não violentos (furto, furto qualificado e consumo de drogas). (ADORNO E PISINATO. P. 1/3. 2008)

de punição aos responsáveis na segunda metade da década passada. Enquanto nos Estados Unidos e alguns países europeus o número de homicídios identificados chega aos 70%.

Segundo os dados do Departamento Penitenciário Nacional e do Sistema Integrado De Informações Penitenciárias (DEPEN e InfoPen, 2012), há um problema de superlotação no sistema prisional brasileiro que está presente de forma preocupante em praticamente todo o território nacional. Na Paraíba a taxa de detentos alcança os 322 presos por grupo de 100 mil habitantes, com aproximadamente 9.000 detentos e um déficit de 3.567 presos em sua capacidade carcerária. A superlotação do sistema prisional proporciona condições desumanas de sobrevivência e vulnerabilidade a rebeliões, junto ao aumento da violência interna causada pelo estresse cotidiano.

Outra variável interessante de ser analisada é a de nível educacional cruzando com índices de homicídios para medir se há impacto no crime violento. Soares (2008) observou que o analfabetismo no Brasil vem sendo reduzido a um bom tempo, por outro lado, houve um incremento nas taxas de homicídios neste mesmo período. Assim, a relação da redução do analfabetismo com "diminuição dos homicídios" trilha por caminhos opostos. Em outras palavras, a falta de educação formal medida por esta variável não é elemento determinante na redução da violência homicida, não obstante, a sua relevância para o desenvolvimento humano e social.

Quando medimos a relação do tráfico de drogas com a criminalidade os estudos são em grande maioria uniformes.

Resignato (2000) verificou que existe uma fraca correlação entre crimes violentos com efeito de drogas psicofarmacêuticas, por outro lado encontrou evidências que comprovam a relação de crimes violentos associados à proibição e combate às drogas.

De Mello (2010) averiguou uma forte ligação do tráfico de drogas com os crimes violentos, levando em consideração que a maior parte dessa correlação é decorrente do sistema de compra e venda das drogas.

Sapori e Soares (2014) partem da hipótese que o crescimento da criminalidade violenta no Brasil está relacionado à consolidação do tráfico de drogas nas cidades, combinado com elevados patamares da impunidade no arcabouço legal, junto à precária atuação da polícia, da justiça e do sistema prisional.

Cerqueira (2014) acredita que o aumento na demanda por armas de fogo está associado ao crescimento do mercado de drogas, abrangendo a dinâmica exercida pelo mercado ilegal e a necessidade de "imposição da violência" do traficante sobre os outros usuários, com o propósito de garantir os contratos e granjear credibilidade.

Sapori e Soares (2014) apresentaram que a principal destinação da renda obtida através do tráfico de drogas nos jovens é para satisfazer seus consumos exacerbados por grandes marcas em eletrônicos, roupas, acessórios, farras e festas com drogas. Desta forma, a motivação principal para o ingresso do jovem pobre na atividade delituosa não é a sobrevivência (alimentação, moradia e saúde). Na mentalidade desses jovens traficantes, o que importa é conseguir o dinheiro pelo meio mais rápido e sem esforços.

3 RADIOGRAFIA DOS HOMICÍDIOS NA PARAÍBA

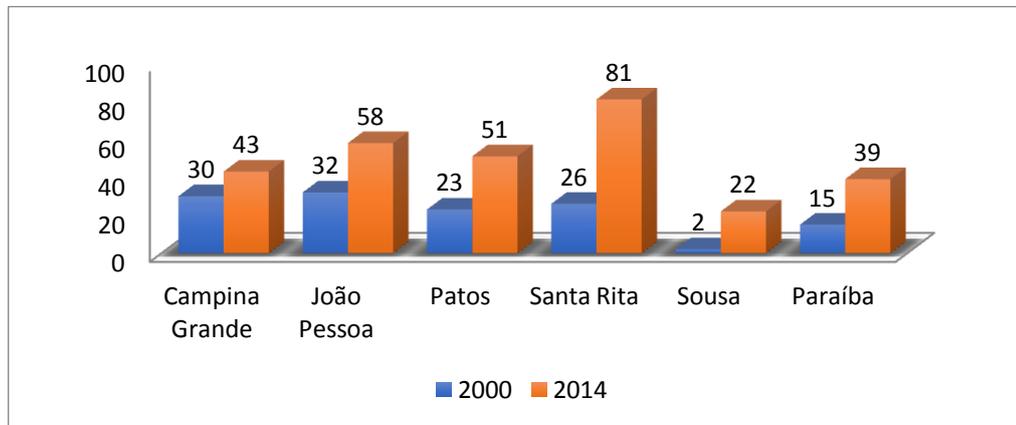
Depois de apontados estudos empíricos sobre a realidade da violência, da segurança pública e da escassez de estudos no Brasil, vamos analisar à luz dos dados, a realidade empírica de alguns municípios da Paraíba, mantendo ênfase no comportamento da violência homicida e identificando relações com índices socioeconômicos e institucionais.

O propósito deste capítulo é fazer uma radiografia dos homicídios na Paraíba em períodos distintos que variam entre o ano 2000 a 2014, alguns dados trazem informações médias deste período total, outros de um intervalo. A explanação fica por conta de gráficos e tabelas ilustrativas com descrições e análises de séries temporais, fazendo associação/fundamentação com a literatura exposta anteriormente. Os anos escolhidos são em virtude da concretização das informações nos bancos de dados.

A pesquisa teve foco nas “principais cidades” do Estado tendo em vista que as citadas concentram mais de 50% dos homicídios no Estado, portanto, em vez de trabalhar com a totalidade dos municípios, foi selecionado as de maior porte populacional (João Pessoa, Campina Grande e Santa Rita) junto a duas cidades do sertão que fazem parte do principal PIB do Estado (Patos e Sousa), a dinâmica analisada nestes municípios é o reflexo do cenário geral.

O Gráfico 2 destaca o crescimento das taxas de homicídios nas principais cidades da Paraíba e em todo o Estado. A cidade com maior acréscimo percentual entre as citadas é Sousa, o que nos chama a atenção pelo fato de ser uma cidade do interior com pouco mais de 68 mil habitantes, já caracterizada pelo sossego mas que infelizmente pelo processo de periferização da cidade, chegada do tráfico de drogas e a formação de grupos criminosos tirou a premissa de ano passados.

Gráfico 2 - Taxas de homicídios por 100 mil habitantes na Paraíba em dois períodos diferentes(2000 e 2014). Campina Grande, João Pessoa, Patos, Santa Rita, Sousa e Paraíba.



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e IBGE. Diretoria de Pesquisas DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS. Gráfico do autor (2017).

A exemplo de Sousa, outras cidades do interior do estado estão tomando proporções maiores de insegurança. Embora essas cinco cidades sejam responsáveis por 52% do total de homicídios no Estado, outras pequenas cidades estão aos poucos se tornando cada vez mais violentas. Para auxiliar na compreensão da variação percentual dos dados, observemos a tabela 1.

Tabela 1 - Variação Percentual dos números absolutos de homicídios 00-14, Variação Percentual das Taxas de Homicídios 00-14 (2000-2014) - Campina Grande, João Pessoa, Patos, Santa Rita, Sousa e Paraíba.

MÚNICIPIO	Variação %	Variação %
	00-14 N° HOM	00-14 TX. HOM
Campina Grande	64%	43%
João Pessoa	136%	81%
Patos	157%	122%
Santa Rita	263%	211%
Sousa	1400%	1000%
Paraíba	205%	167%

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM e IBGE. Diretoria de Pesquisas DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais – COPIS. Tabela do autor (2017).

Em números gerais a Paraíba teve um aumento expressivo de 167% nas suas taxas de homicídios em uma série temporal de 14 anos, saltou das já rejeitáveis 15 mortes por 100 mil

habitantes para surpreendentes 39 homicídios/100mil. Identificar variáveis para a causalidade deste crescimento é o que nos leva a testá-las, sustentando a fundamentação na literatura nacional e internacional sobre o crime.

3.1 FACE DA CRIMINALIDADE VIOLENTA NA PARAÍBA

Concentraremos agora no perfil da vítima de violência homicida na Paraíba, construindo em cima disso um nível de aproximação do que temos em descaso e vulnerabilidade social no Estado. Os itens levados em consideração são os seguintes: Estado civil, sexo, nível de escolaridade e cor da pele, seguido da faixa etária vitimada e registros do local de óbito.

Como pode ser visto na Tabela 2, é possível identificar o perfil da vítima por sexo, estado civil e escolaridade. Embora problemas com a catalogação de dados referentes ao estado civil da vítima tendo 27% dos casos ignorados nesse quesito, observa-se que quase 80% dos identificados são solteiros. Além disto, como no restante do país, a maioria das vítimas é do sexo masculino. Nessas quatro cidades o número percentual de homicídios do sexo masculino chega a 93%, dado que reflete aproximadamente o cenário da Paraíba, além da predominância do sexo masculino, a cor negra (parda e preta) também se apresenta como a mais atingida com pouco mais de 85% dos registros totais.

Tabela 2 - Explicação sobre o perfil da vítima de homicídio identificando o Estado Civil, Sexo, escolaridade e cor da pele das vítimas. Os números são resultado da soma total dos homicídios no período de 2000/2012 em Campina Grande, João Pessoa, Patos e Santa Rita.

Est. Civil	Solteiro	Casado	Viúvo	Separado Judicialmente	Outro	Ignorado
	4158	792	36	89	169	1955
Sexo	Masculino	Feminino	Ignorado			
	6677	506	16			
Escolaridade	Nenhuma	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 11 anos	12 ou mais	Ignorado
	346	935	864	189	61	4788
Cor/Raça	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Ignorado
	290	115	3	6119	7	665

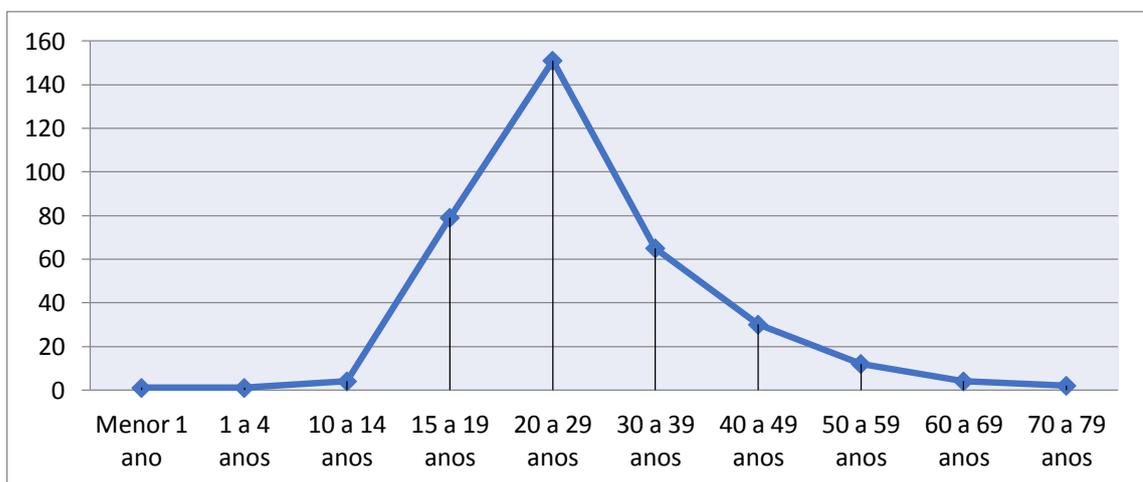
Fontes: MS/SVS/CGIAE/SIM. Tabela do autor (2017).

No recolhimento de dados referente ao nível de escolaridade das vítimas, destacam-se os problemas com essas informações no banco de dados do Sistema Único de Saúde (SUS). Na Paraíba pelo menos 64% das vítimas de homicídio tem o nível de escolaridade ignorado, nas

quatro principais cidades a porcentagem é ainda maior atingindo 66%. Não obstante, foi possível observar que os mais vitimados têm entre 1 a 7 anos de escolaridade (ensino fundamental incompleto), seguido de uma boa parcela de vítimas que não possui nenhum ano de estudo, logo, os números de vítimas que tiveram seus dados ignorados tendem a ter baixos níveis educacionais e baixa perspectiva de futuro no sentido de focar na educação e seguir para o ensino superior. Como veremos nos gráficos a seguir, a perspectiva de anos de estudos deveria ser maior que a dada pelas vítimas, o que aponta para uma estagnação do processo educativo.

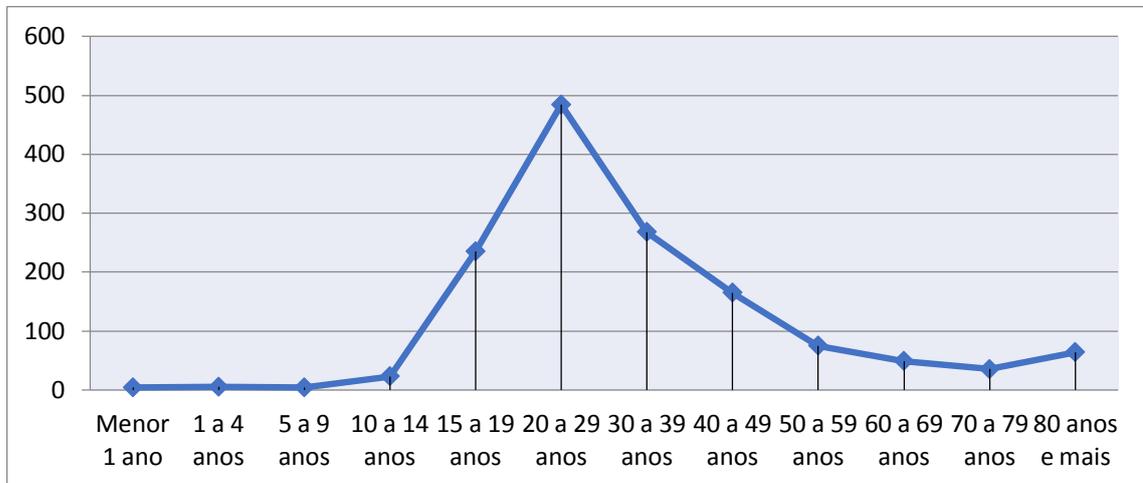
Os Gráficos 3 e 4, apresentam a média do total de homicídios por faixa etária das principais cidades da Paraíba. O primeiro no ano 2000 e o segundo 2012. Fundamentalmente, o propósito dessas ilustrações é mostrar que, apesar de passados 12 anos, o perfil da vítima no que se refere a idade permanece o mesmo, as faixas etárias que mais são vitimadas permanecem há anos o mesmo, seguindo uma tendência internacional (SAPORI e SOARES, 2014). Assim, as políticas públicas de segurança devem, sobretudo, atentar para jovens de 15 a 29 anos, a priori, com a inibição da inserção na criminalidade.

Gráfico 3 - Média da faixa etária dos homicídios nas cidades de Campina Grande, João Pessoa, Patos, Santa Rita e Sousa no ano 2000.



Fontes: MS/SVS/CGIAE/SIM. Gráficos do autor (2017).

Gráfico 4 - Média da faixa etária dos homicídios nas cidades de Campina Grande, João Pessoa, Patos, Santa Rita e Sousa no ano 2012.



Fontes: MS/SVS/CGIAE/SIM. Gráficos do autor (2017).

No ano 2000, a faixa etária mais vitimada (15 a 29 anos) nessas quatro cidades alcançou a taxa de 63 homicídios por cem mil habitantes. Doze anos depois, a taxa triplicou nessa mesma faixa etária atingindo os surpreendentes 183 homicídios por cem mil habitantes. A variação nesse período e nesta faixa etária foi de 200%, reforçando o cenário cada vez maior da inclusão dos jovens na criminalidade.

Tabela 3 - Local de ocorrência dos homicídios na Paraíba. A tabela é resultado da soma dos homicídios no ano 2000 a 2014, destacando as duas principais cidades e todo o Estado.

	J. PESSOA	J. PESSOA	C. GRANDE	C. GRANDE	PARAÍBA	PARAÍBA
Local Ocorrência	00-14	%	00-14	%	00-14	%
Hospital	1058	20%	464	23%	2909	19%
Domicílio	498	10%	202	10%	1740	11%
Via pública	2557	50%	990	49%	7142	47%
Outros	874	17%	343	17%	3113	20%
Ignorado	176	3%	32	1%	397	3%

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Tabela do autor (2017).

Como podemos observar, nas principais cidades da Paraíba, aproximadamente 50% dos homicídios ocorridos, são executados em vias públicas. O cenário não é diferente quando trazemos o olhar para a totalidade do Estado, sendo 47% desses em via pública, seguidos por hospital/outras. Desta forma, as estatísticas apontam que, em suma, as mortes por agressão ocorrem em vias públicas crendo que os 19% dos registros de óbitos feitos nos hospitais são encaminhamentos de vítimas alvejadas nas ruas.

Analisando esses elementos, é viável apresentar que o principal perfil da vítima no Estado da Paraíba é o homem, com baixo nível de escolaridade, pardo, solteiro, entre 15 a 29 anos de idade. Dessa forma, qualquer perfil que seja contrário aos supracitados distancia-se o risco de ser vítima de homicídio/da violência, principalmente partindo da ideia de que grande parte dessa violência está relacionada à criminalidade⁴. Portanto, é válido pontuar que variáveis como a “escolaridade”, são de alta importância para o afastamento do crime, promovendo impacto positivo na queda dos homicídios.

3.2 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E TAXAS DE HOMICÍDIOS

Esta seção tem como proposta testar alguns níveis de associação dos homicídios com algumas variáveis independentes trazidas por experiência com o estudo levantado na revisão da literatura. Primeiramente, faremos uma análise causal com os indicadores socioeconômicos e, posteriormente, outra análise em relação às instituições coercitivas responsáveis pelo controle da segurança pública.

Por questões metodológicas⁵, serão trabalhadas as principais cidades paraibanas para os testes estatísticos, procurando conexões com o crescimento dos assassinatos por arma de fogo.

Os dados socioeconômicos que serão abordados nesta parte do estudo, são de grande importância para avaliar possíveis correlações no que tange às causalidades da violência homicida.

São elas: 1. Expectativa de anos de estudo (E_ANOESTUDO⁶); 2. Índice de Gini (GINI⁷); 3. Percentual de Proporção de Pobres (PMPOB⁸); 4. Percentual Proporção de

⁴Segundo dados do Mapa Da Violência em Campina Grande no Ano de 2014 (2014), produzido por policiais civis da Paraíba.

⁵ Representatividade espacial/geográfica/demográfica, além do espaço para este tipo de pesquisa.

⁶ Expectativa de anos de estudo aos 18 anos de idade

⁷ Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda domiciliar per capita de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda). O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

⁸ Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Vulneráveis à Pobreza (PPOB⁹); 4. Renda *per capita* (RDPC¹⁰); 5. Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM¹¹).

A Tabela 4 demonstra dados socioeconômicos importantes a serem averiguados como nexos causais da violência homicida, o que implica dizer que pode ser, ou não, fatores de causalidade da violência (principalmente o homicídio). A expectativa de anos de estudos medida por (E_ANOSESTUDO) mostra o número médio de anos de estudos que um indivíduo terá até completar 18 anos de idade; O índice que mede o grau de desigualdade (GINI) mostra que quanto mais próximo de 0 menor a desigualdade e mais próximo de 1 maior a desigualdade; O índice que mede o percentual de proporção de pobres na região medido por (PMPOB) considera os indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a 140 reais mensais; E o índice de desenvolvimento humano (IDHM) analisa as dimensões de renda, educação e longevidade.

Tabela 4 - Dados socioeconômicos (Campina Grande, João Pessoa, Santa Rita e Paraíba) com as respectivas taxas de homicídios nos anos de 2000 e 2010.

MUNICÍPIO	C. Grande		J. Pessoa		S. Rita		Paraíba	
ANO	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
E_ANOSESTUDO	8,88	9,69	9,06	9,87	7,21	8,95	7,33	9,24
GINI	0,62	0,62	0,62	0,62	0,48	0,46	0,63	0,61
PMPOB	33,34%	16,34%	22,87%	11,59%	19,09%	8,91%	49,6%	28,93%
PPOB	59,32%	40,70%	45,42%	30,30%	76,05%	55,93%	72,39%	53,65%
RDPC	449,24	630,03	662,85	964,82	214,71	328,16	299,09	474,94
IDHM	0,601	0,721	0,644	0,763	0,472	0,627	0,506	0,658
TX HOM	30	48,5	32	48,5	26	82	14,72	38,63

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano Brasil (2013). Tabela do autor (2017).

⁹ Proporção dos indivíduos com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 salário mínimo nessa data. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

¹⁰ Razão entre o somatório da renda de todos os indivíduos residentes em domicílios particulares permanentes e o número total desses indivíduos. Valores em reais de 01/agosto de 2010.

¹¹ Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Média geométrica dos índices das dimensões Renda, Educação e Longevidade, com pesos iguais. O índice vai de 0 a 1, onde entre 0 e 0,499 o IDHM é considerado muito baixo; entre 0,500 e 0,599, baixo; entre 0,600 e 0,699, médio; entre 0,700 a 0,799, alto e a partir de 0,800, muito alto.

Utilizando principalmente esses quatro dados socioeconômicos disponíveis no Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (2013), podemos observar claramente uma melhora expressiva em todos os aspectos citados, seja por renda, educação, desigualdade ou vulnerabilidade à pobreza. Desta forma, no que se refere à condição social e econômica dos indivíduos melhorou expressivamente, isso não quer dizer que o Brasil tenha chegado ao ápice do desenvolvimento socioeconômico, mas que existiram progressos, sobretudo por meio de políticas públicas bem aplicadas. Apesar disso, há uma relação inversa entre esses indicadores e a redução dos homicídios nas cidades.

Como nos mostra a Tabela 4, na cidade de Santa Rita, por exemplo, a renda *per capita* saiu de R\$214,71 reais no ano 2000 para R\$328 reais em 2010, uma variação crescente de 63%; O índice que mede a proporção de pobres na região teve uma redução de mais de 100% e por consequência disto o índice de desenvolvimento humano melhorou bastante. A problemática, portanto, é o descontrole da violência que saltou dos já altos 26 homicídios por 100 mil habitantes para exorbitantes 82/100 mil.

A Paraíba em sua totalidade diminuiu a desigualdade social; os índices que medem o percentual de vulnerabilidade a pobreza caíram dos quase 50% para 28% dos habitantes; as expectativas de anos de estudo até os 18 anos saltaram de 7 para os 9 anos, em outras palavras, quem não conseguia terminar o ensino fundamental até os 18 anos, passou a conseguir. Esse índice, também permite refletir sobre os indivíduos que eram interrompidos pela situação financeira e tinham que destinar seu tempo ao trabalho, desta forma, largando os estudos precocemente.

Dessa forma, é viável apontar a melhoria dos índices socioeconômicos nessas cidades do Estado. A desigualdade social e a extrema pobreza diminuíram; a renda per capita e os índices de desenvolvimento humano aumentaram em todos os seus componentes (Educação, Longevidade e Renda), porém, as taxas de homicídios seguiram ascendente, ou seja, a melhoria dos índices socioeconômicos, sozinhos, não foram fatores para a redução da criminalidade homicida.

4 O PAPEL DO ESTADO NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA

Iniciaremos agora o que representa o objetivo principal deste trabalho. Após explanações sobre a dinâmica dos homicídios na Paraíba numa série temporal, voltaremos a atenção para o desempenho institucional do Estado no que se refere a preservação da segurança social. O período definido para análise desta unidade corresponde ao primeiro mandato do governador da Paraíba, Ricardo Vieira Coutinho (2011-2014).

A delimitação temporal se dá pelos seguintes motivos: O primeiro é a mudança da administração do Estado, ou seja, a inserção do governador Ricardo Coutinho; O segundo é que esta mudança foi fundamental para o surgimento de um novo plano de redução e prevenção dos homicídios, conhecido como Paraíba Unida Pela Paz (PUPP); E a terceira e mais importante motivação, é que o tempo determinado refere-se a mais recente concretização dos elementos nos bancos de dados utilizados no Estudo, assim sendo, as informações relatadas são definitivas e de maior garantia à veracidade. Vale ressaltar que os cruzamentos e correlações agregadas no trabalho, estão estritamente ligados a esta base informacional.

É imprescindível elencar sobre a importância de planejamentos setoriais de políticas públicas, sobretudo, de segurança no intuito de controlar a criminalidade. Conceituaremos política pública como um conjunto de ações governamentais de forma direta ou indiretamente no intuito de assegurar os direitos dos cidadãos, garantidos constitucionalmente na sociedade. A indagação básica para esse argumento é primeiramente reconhecer que área é rodeada de achismos e impulsos com pouca fundamentação científica e que essas indagações, por vezes, conseguem atingir o corpo governamental e se transformarem em ações compartilhadas. O problema, por conseguinte, é que essas ações podem ser ilógicas e ocasionar efeitos infaustos, além de desviar as reais prioridades do projeto e consequentemente resultar no desperdício de recurso público.

Silveira (2014) alertou que as políticas públicas de segurança devem ser concentradas na prevenção do crime em comunidades, trazendo modificações na infraestrutura, cultura e no ambiente físico com a promoção de atividades de lazer e ocupação para jovens, sobretudo, de 15 a 29 anos que estão mais vulneráveis ao crime. Desta forma, o que se espera é uma mobilização geral que resultaria numa vigilância de ações, aumentando por consequência a segurança coletiva.

Em consonância, a secretaria de Estado de Segurança e da Defesa social criou um programa político de combate à criminalidade intitulado Paraíba unida pela paz. Até onde se tem informação, não foi criado nenhum planejamento de programa político oficializado e disponível facilmente a sociedade. O Paraíba Unida Pela Paz se caracteriza como um modelo de ações que através de um esboço, elucida a problemática da violência no Estado e define em cima disto um conjunto de ações contínuas no combate à criminalidade violenta.

Os documentos que tivemos acesso no decorrer do estudo foram fornecidos por agentes integrados ao governo estadual. Esses, são constituídos de apresentações de *slides* exibidos em um fórum para discutir o programa, portanto, as informações que serão trabalhadas a seguir serão baseadas nas mesmas.

Apesar de não ter um projeto de política pública totalmente transparente e sistematizado, consideraremos as ações que buscam controlar o crime violento, sobretudo o homicídio¹².

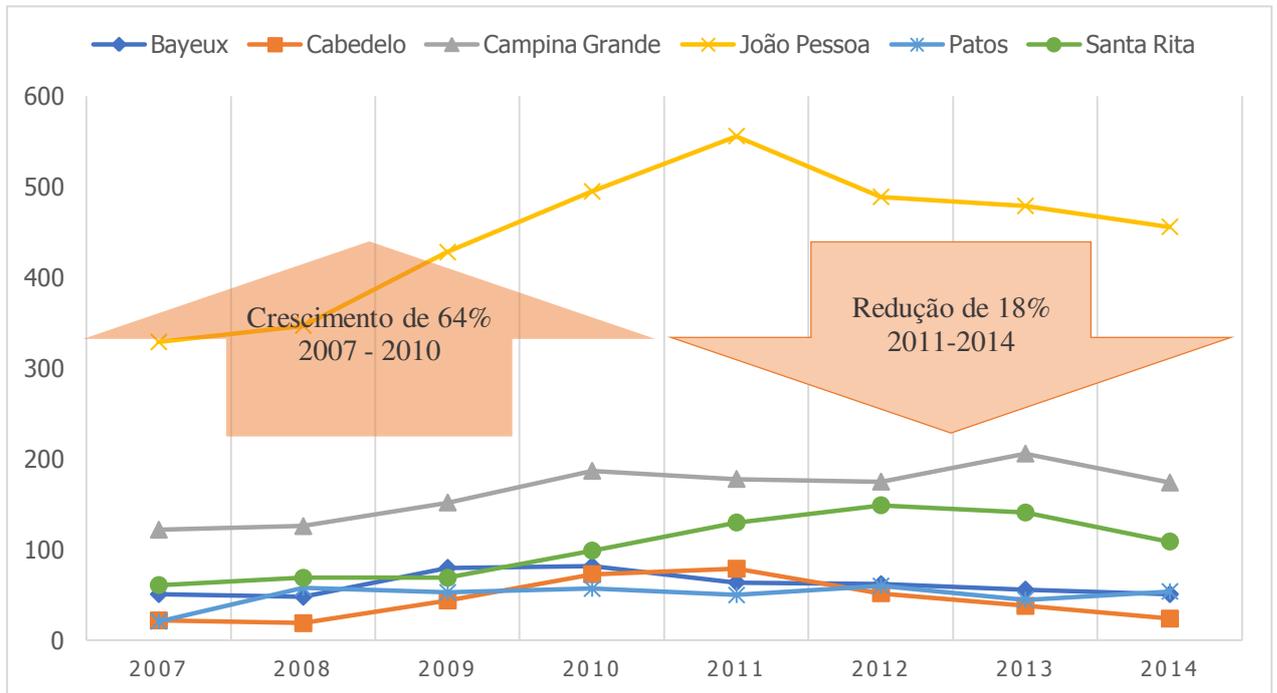
A Paraíba Unida Pela Paz se define como uma política de Estado, concebida pelo governo com a participação da sociedade civil objetivando articular, debater e construir um novo modelo de gestão focado em resultados com vistas ao aprimoramento da segurança pública de forma contínua e sustentável.

A PUPP se constitui por fases de planejamento. A ideia consistiria na padronização e implantação de ações preventivas e repressivas por meio dos órgãos operativos de Segurança Pública e Defesa Social para o período definido. O foco específico do trabalho policial seria nos municípios de maior risco: João Pessoa, Cabedelo, Bayeux, Santa Rita, Campina Grande e Patos.

Como observaremos no Gráfico 5 as cidades ao qual o programa reservou as maiores atenções, além de serem as mais populosas do Estado também são responsáveis pelo maior contingente dos homicídios. De 2007 a 2010 os homicídios cresceram mais 64% nessas seis cidades e como observamos, após a instauração da política “Paraíba unida pela paz” esses números decaíram constantemente. Embora tenha apresentado alguns picos de subida de um ano para o outro, em números gerais a média dos homicídios decaíram ano após ano.

¹² Ponto de medição da violência no presente estudo.

Gráfico 5 - Números absolutos dos homicídios nas principais cidades focais do programa Paraíba Unida pela paz, quatro anos antes e quatro anos após a instauração do projeto. Destacando as variações percentuais dos períodos citados.

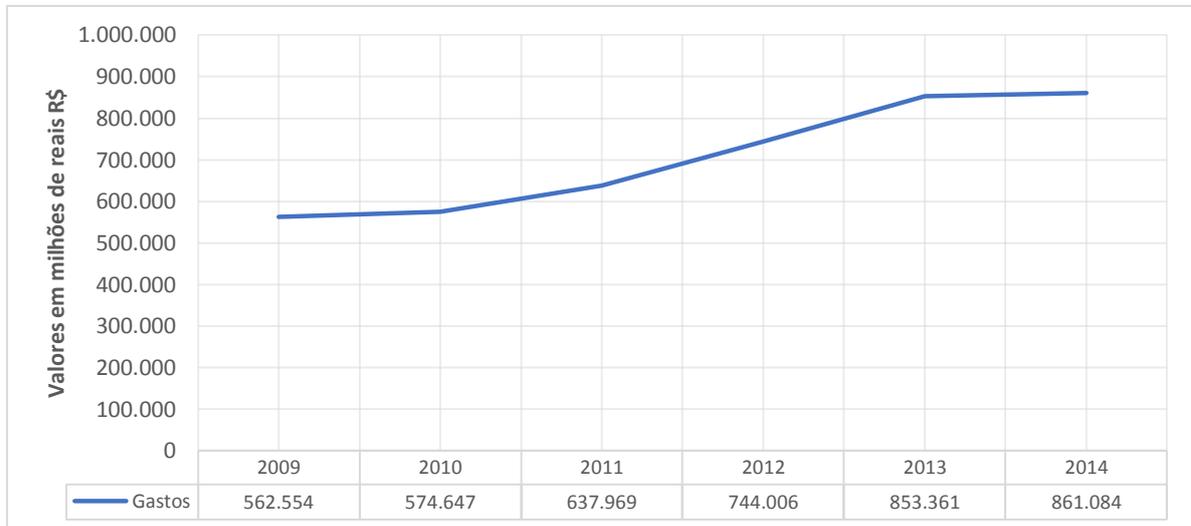


Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Gráficos do autor (2017).

Despontaremos a seguir uma sucessão de acontecimentos que condicionaram o Estado a alcançar melhorias na redução da violência homicida. A sistematização explicativa apostará em seguir uma ordem lógica de compreensão do programa, definindo dificuldades, gastos, impacto do sistema carcerário, atividade policial inteligente e operacional, somado ao conjunto de propostas que fundamentam a política pública de segurança no Estado.

O projeto inicia-se com uma maior destinação de recursos financeiros para a área de segurança pública. Como observaremos no Gráfico 6, os investimentos em segurança pública aumentaram pouco mais de 13% nos anos de 2009 a 2011, sucedido de um crescimento de 35% após a definição real do projeto¹³.

¹³É importante destacar que os gastos realizados foram maiores que a média da inflação destes períodos.

Gráfico 6 - Gastos em Segurança Pública na Paraíba 2009-2014.

Fonte: Fórum brasileiro de Segurança Pública. Gráfico do autor (2017).

Segundo as informações mantidas nos documentos do programa, os investimentos financeiros do Estado em segurança pública estão concentrados em quatro principais elementos: 1º Estrutura física; 2º Equipamentos de combate direto; 3º Viaturas; 4º Capacitação profissional dos agentes. Em harmonia a essas prioridades, observa-se que a preocupação do Estado está em dar condições de trabalho satisfatórios e capacitar os agentes para as eventualidades da profissão. O processo acontece com a conscientização do trabalho exposto aos agentes dentro do PUPP e a compreensão do funcionamento integrado entre as polícias.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA PARAÍBA UNIDA PELA PAZ

A Secretaria de Estado da Segurança e Defesa Social (SEDS), destaca ainda as dificuldades e a situação que o Estado se deparou na troca dos governos e na construção das ações do programa, são eles:

- Inexistência de política de Segurança Pública;
- Estatísticas imprecisas, precárias e sem confiabilidade;
- Unidades policiais sem rede e tecnologia da informação;
- Inexistência de compatibilização das circunscrições policiais;
- Baixa capacidade de enfrentamento dos crimes contra a vida;
- Baixa capacidade de enfrentamento ao tráfico de drogas;

- Deficiência do sistema de comunicação;
- Inexistência de cultura de preservação e local de crime;
- Inquéritos policiais (CVLI) não instaurados e sem acompanhamento;
- Falta de política de integração das polícias;
- Deficiência na elaboração e execução de projetos;
- Defasagem dos efetivos PC e PM.

Em cima dessas informações o programa buscou reverter os problemas e constituir uma plataforma de superação às dificuldades que surgiram no decorrer dos anos, predefinindo um modelo de atuação subdividido em seis partes, são elas:

- **Prevenção Social do Crime e da Violência:** Programas que atuam para evitar que o crime aconteça, alterando as condições sociais e que influenciam a atividade criminosa;
- **Repressão Qualificada da Violência:** Redução da Criminalidade com a melhoria da eficiência dos órgãos operativos, mediante a utilização de ferramentas de Análise Criminal e do Sistema de Inteligência Policial.
- **Aperfeiçoamento Institucional:** Readequação e modernização de processos, protocolos e rotinas diretamente relacionados à capacidade técnica operacional das organizações policiais e do sistema de justiça criminal.
- **Informação e Gestão do Conhecimento:** Consolidação, integração e compartilhamento dos dados, bem como a divulgação sistêmica entre os órgãos operativos.
- **Formação e Capacitação:** Processo de formação de policiais, além do contínuo aperfeiçoamento e atualização dos conhecimentos e procedimentos técnicos.
- **Integração e Articulação:** Integração entre os órgãos operativos, articulação com outros poderes e participação dos segmentos sociais.

Nesta conjuntura também definiu as áreas que serão responsáveis pelo desempenho das operações táticas, caracterizando-se como polos principais da informação sobre a segurança pública do Estado. Uma compatibilização das áreas de segurança:

- **REISP:** Região Integrada de Segurança e Defesa Social: divisão estratégica de circunscrição com responsabilidades compartilhadas, em nível de alto comando, com gerência sobre as Áreas Integradas de Segurança e Defesa Social.
- **AISP:** Área Integrada de Segurança e Defesa Social: divisão tática de circunscrição com responsabilidades compartilhadas, em nível de comando intermediário, com gerência sobre os Distritos Integrados de Segurança e Defesa Social.
- **DISP:** Distrito Integrado de Segurança e Defesa Social: divisão operacional de menor circunscrição com responsabilidades compartilhadas, composto por bairros ou municípios.

O programa delimita os focos de atuação em cada área setorial dos municípios, concentrando-se no mapeamento dos CVLI e identificando os pontos estratégicos de atuação.

O fato acontece primordialmente com a catalogação de informações e secções subdivididas por funções, cada uma com a definição dos responsáveis, dos objetivos e das metas a serem alcançadas. Esta divisão é seguida de uma avaliação que se constituem em três fases representadas por figuras de expressão: (uma bem-aventurada, uma apática/indiferente e outra malsucedida) cada uma concedente ao resultado alcançado.

As operações destacadas a seguir são as que causam maior impacto no crime violento, assim, algumas ações citadas nos documentos do programa não serão levadas em consideração neste trabalho, muito embora todas tenham seus níveis de importância.

4.1.1 Operação Autoria CVLI

Consiste na instauração de 100% das ocorrências de CVLI consumados e conclusão dos Inquéritos com autoria definida, remetidos definitivamente à esfera judicial.

Meta Mensal 1:

- Bem-aventurada: 80% de CVLI consumados e concluídos pelas DCCPes, destes, 70% de ocorrências do ano corrente e 30% de anos anteriores. Demais unidades 70% de CVLI geral.
- Apática/Indiferente: 50% a 79% para DCCPes e de 40% a 69% para as demais.
- Malsucedida: Abaixo dos percentuais acima.

Responsáveis: Gestores das AISP's na Polícia Civil e Del. DCCPes. Deverão ser enviadas ao NACE da SEDS e às DCCPes todos os registros de autoria para criação de banco de dados.

4.1.2 Operação Malhas da Lei

Consiste na designação de PCs e PMs com objetivo de cumprir mandados de prisão.

Tipos de mandados: Tipo 1 – São os mandados de CVLI; Tipo 2 – Narcotráficos e os demais mandados.

Meta Mensal:

- Bem-aventurada: Mínimo de 3 mandados tipo 1 e 4 mandados tipo 2.
- Apática/Indiferente: Até 2 mandados tipo 1;
- Malsucedida: Até 1 mandado.

Responsáveis: Gestores das AISP's na PM e PC.

4.1.3 Operação Risco Zero

Operação semanal de abordagens em bares, “inferninhos”, boates e outros locais propícios a situação de vulnerabilidade social. Os gestores deverão interagir com os órgãos municipais e estaduais objetivando executar ações integradas.

Meta Semanal 1:

- Bem-aventurada: A partir de 20 estabelecimentos;
- Apática/Indiferente: 10-19 estabelecimentos;
- Malsucedida: 0-9 estabelecimentos.

Responsáveis: Gestores da AISP's.

4.1.4 Operação laudo Prioritário

Priorização pelo IPC dos laudos inquiridos do CVLI de maneira a elaborá-los em até 10 dias de requisição.

Meta Mensal:

- Bem-aventurada: 100% dos laudos elaborados no prazo;
- Apática/Indiferente: 70%-99% dos laudos elaborados no prazo;
- Malsucedida: inferiores a 70%.

Responsáveis: Gestores do IPC.

4.1.5 Operação Cidade Segura/Nômade

Operação consiste em pontos fixos de abordagem e policiamento do perímetro estratégico (pontos quentes).

Meta Semanal 1:

- Bem-aventurada: CVLI 00 no bairro/município da operação;
- Apática/Indiferente: CVLI no bairro;
- Malsucedida: Maior que um no bairro/município da operação.

Meta Semanal 2:

- Bem-aventurada: Apreensão de 4 ou mais armas de fogo por AISP;
- Apática/Indiferente: Apreensão de 1 a 3 armas de fogo por AISP;
- Malsucedida: Sem apreensão de arma de fogo.

OBS: Não serão computadas armas de fogo caseiras.

Responsáveis: Gestores das AISP's na Polícia Militar.

4.1.6 Operação Saturação

Operação de ocupação com duração mínima de 72h para polícia militar, principalmente nos horários de pico e de 24h para a polícia civil. O tempo se inicia logo após o registro de CVLI ou tentativa de homicídio nas localidades de maior criminalidade. A ação ocorrerá com o emprego de efetivo da unidade PM da área e da Delegacia de Homicídios, podendo também contar com os policiamentos especializados.

Meta:

- Bem-aventurada: 0 CVLI no bairro ou município;
- Apática/Indiferente: redução do CVLI, em relação ao período do ano anterior;
- Malsucedida: Aumento do CVLI.

Responsáveis: Gestores das AISP's.

4.1.7 Operação Quadrantes de Polícia Solidária

Operação de ocupação permanente, ampliando a ostensividade policial em regiões de elevados índices de criminalidade, de forma a atuar preventivamente com base na filosofia de polícia comunitária e na orientação do policiamento pela análise criminal, com o fim de reduzir os índices criminais.

Meta Mensal:

- Bem-aventurada: Redução de 20% do CVLI e 15% do CVP na região;
- Apática/Indiferente: Redução de 1% a 19% do CVLI, e de 1% a 14% do CVP;
- Malsucedida: Aumento ou Estagnação do CVLI e CVP.

Responsáveis: Gestores das AISP's.

4.1.8 Resgate pela Vida

Ação de mapeamento de monitoramento das áreas de risco de CVLI e tentativas. Integração com os órgãos de segurança do Estado para a diminuição do tempo de resposta de atendimento às vítimas, aumentando suas chances de sobrevivência.

Meta Semanal:

- Bem-aventurada: Acima de 10% de taxa de eficácia de atendimento;
- Apática/Indiferente: Entre 5% e 10% de taxa de eficácia de atendimento;
- Malsucedida: Abaixo de 5% de taxa de eficácia de atendimento.

Responsáveis: Gestores das AISP no Corpo de Bombeiros.

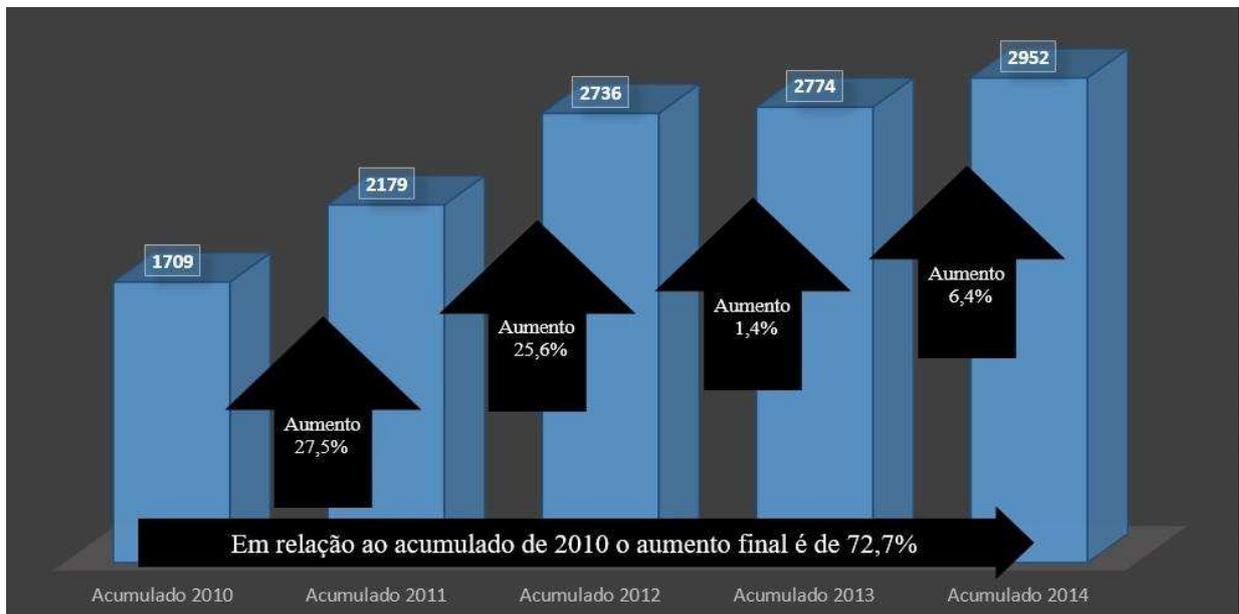
Essas operações que se caracterizam pela repressão e prevenção, ou seja, o desempenho institucional contra a função criminosa. Algumas ações se caracterizam como ação repressiva intervencionista, a exemplo da “operação risco zero”, onde os agentes policiais devem trabalhar com base de abordagens em estabelecimentos de festas jovens. Outras pela prevenção contínua do crime, como a “operação saturação” que destina um contingente de policiais para ocupação em áreas de violência recente. Não obstante, as operações também se preocupam na previsibilidade das ações delituosas, como é o caso das “operações quadrantes de polícia solidária e resgate pela vida” que delimitam espaços geográficos estratégicos para a atuação/orientação dos agentes policial, mapeando e monitorando áreas de risco.

Essas ações trabalham junto ao apoio da comunidade e outros órgãos de segurança pública, tanto na proposta de atender com maior eficiência os casos de denúncia, como os de crimes contra a vida.

No geral, o programa assinala a competência de manter o cumprimento das suas principais diretrizes, fixando todas as estratégias operacionais sob a responsabilidade de revisões periódicas de metas. Também destaca a importância da ostensividade policial nas áreas de “calor” violento no intuito de evitar confrontos próximos, preservando os ambientes com serviço inteligente, de modo a garantir a tranquilidade da população e evitar o surgimento de novos crimes.

Em destaque a política de desarmamento no Estado, a operação cidade segura, por exemplo, reforçou os pontos de atenuação criminal com policiamento e abordagem constantes. Como veremos nos gráficos 7, os números de armas de fogo apreendidas ano após ano foram crescentes e é em cima dessas informações que será feito um teste de correlação de matrizes, com o número de apreensão de armas de fogo e as taxas de homicídios.

Gráfico 7 - Números absolutos de apreensão de armas de fogo na Paraíba nos anos de 2010 a 2014, destacando as variações percentuais de cada período



Fonte: Fórum brasileiro de segurança pública. Gráficos do autor (2017).

No período analisado o percentual de apreensão cresceu pouco mais de 72% do seu ano inicial ao final da primeira administração do governador. Esse resultado carrega consigo um bom nível de ação institucional, sobretudo por saber que mais de 81% dos homicídios são causados por armas de fogo.

A hipótese a ser testada a seguir é que quanto maior o número de apreensão das armas de fogo, maior será a incapacitação do homicídio e por consequência, menor a violência do Estado, ou seja, a operação que contribui diretamente na apreensão de armas de fogo, terá efeito dissuasório na redução dos homicídios.

Tabela 5 - Correlação bivariada simples entre os números de apreensão de armas de fogo com os números absolutos de homicídios no Estado da Paraíba de 2011 a 2014.

PARAÍBA	ANO	AP. ARMAS DE FOGO	HOMICÍDIOS ABSOLUTOS
ANO	1		
AP. ARMAS DE FOGO	0,91005	1	
HOMICÍDIOS ABSOLUTOS	-0,58213	-0,86674	1

Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Fórum brasileiro de segurança pública. Tabela e Correlação do autor (2017).

Para auxiliar na interpretação da tabela 6, descreveremos a correspondência direta do valor obtido. A correlação bivariada simples sempre resulta entre +1 e -1, sendo que quanto

mais aproximar-se de 1 (independente de positivo ou negativo), maior será o grau de correlação. Por exemplo, de 0,9 a 1 indica uma correlação muito forte; de 0,7 a 0,9 indica uma correlação forte; de 0,5 a 0,7 indica uma correlação moderada; de 0,3 a 0,5 indica uma correlação fraca e de 0 a 0,3 o grau de correlação é desprezível.

Assim, em confirmação a nossa hipótese, o resultado de -0,8 apresentado na tabela 6 demonstrou uma correlação forte entre o aumento na apreensão de armas de fogo e a redução dos homicídios na Paraíba. Este resultado aponta para o êxito das políticas de desarmamento no Estado, ao que indica, este tipo de ação traz resultados satisfatórios e de destaque, sobretudo, no Nordeste.

4.2 ESTRUTURA DO SISTEMA PRISIONAL PARAIBANO

Nos últimos anos, os índices de aprisionamento cresceram ao passo que a taxa de apenados também cresceu. Isso nos remete supor duas lógicas compreensivas: A primeira é que esse crescimento pode ser resultado de uma maior adesão de indivíduos a criminalidade e o segundo é que esse crescimento possa ser resultado da política de intensificação investigativa e o fortalecimento do policiamento na busca de delituosos. Embora a primeira lógica compactue diretamente com o cálculo da taxa de apenados, a segunda parece fazer mais sentido em constatação ao plano assinalado no presente trabalho.

Tabela 6 - População carcerária no Estado da Paraíba nos anos de 2010 a 2014. A tabela traz a quantidade de apenados por sexo, as taxas por grupos de 100mil e informações sobre o déficit de vagas a cada ano.

	Homens	Mulheres	Prisional	Tx de Apenados ¹⁴	Vagas	Déficit
Paraíba 2010	7.593	459	8.052	310,00	---	---
Paraíba 2011	7.623	587	8.210	314,00	5.394	-2.816
Paraíba 2012	8149	574	8723	331,00	5394	-3.329
Paraíba 2013	8.395	563	8.958	322,00	5.391	-3.567
Paraíba 2014	9.076	520	9.596	351,00	6.298	-3.298

Fonte: Órgãos Estaduais responsáveis pelo sistema prisional nos estados. Disponível no Ministério da Justiça/DEPEN. Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – InfoPen. Cálculos por 100mil dos anuários de segurança pública de cada ano. Tabela do autor (2017).

¹⁴O cálculo por 100 mil habitantes é feito com indivíduos com mais de 18 anos. Para o cálculo da população maior de 18 anos, foi considerada a projeção populacional por grupo etário do IBGE para os anos de 2013 e 2014, e a estimativa por idade simples de 2012.

No mais, o número de vagas no sistema carcerário aumentou diminuindo suavemente o déficit, a todo modo se levarmos em consideração a ampliação do número de vagas do ano de 2013 para 2014, podemos considerar que a política de infraestrutura está sendo aperfeiçoada.

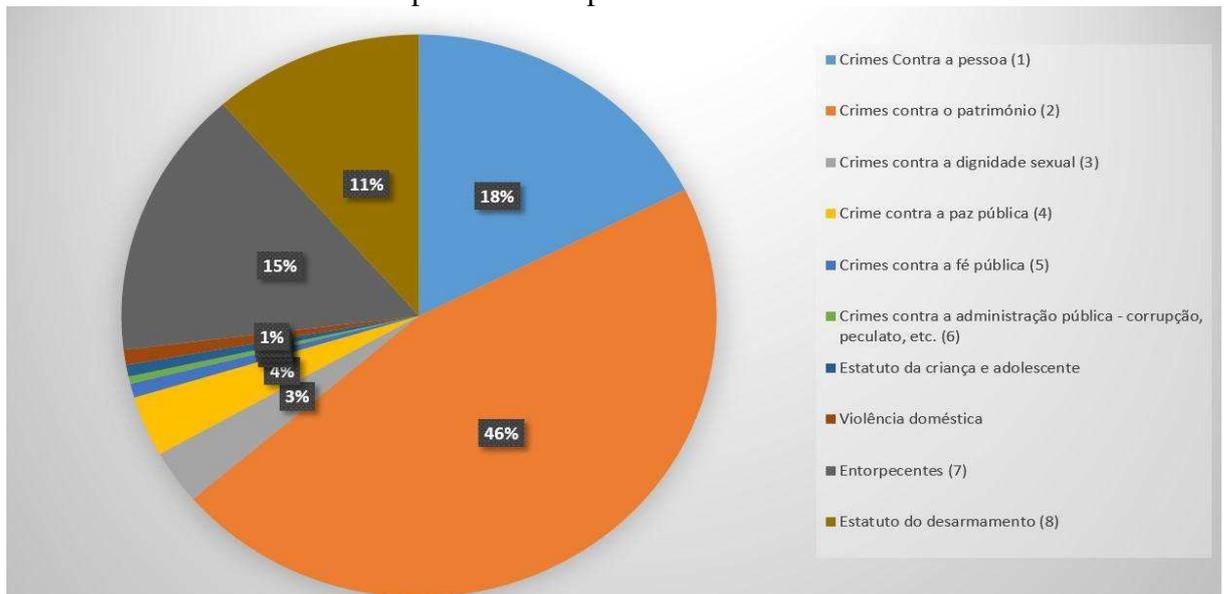
De qualquer forma, o déficit de presos na Paraíba é elevado e necessita de atenções específicas, o fato é nocivo ao controle institucional e pode acarretar problemas internos e externos como acompanhamos nos meios midiáticos em Estado vizinhos a exemplo dos motins.

O número crescente de aprisionamentos demonstrados na tabela 7, representa o efeito dissuasivo do Estado para o controle da violência. Em 2011 tivemos uma taxa de 310 apenados, quatro anos depois, em 2014, esse número subiu 11,7% chegando aos 351 apenados a cada grupo de cem mil habitantes acima de 18 anos. Em 2011 a taxa de homicídios no Estado era de 42,6 homicídios por cem mil habitantes, em 2014 essa taxa caiu para os ainda altos 39,2.

Relacionando esses números às taxas de homicídios dos respectivos anos, constatamos que a redução da violência homicida foi de aproximadamente 4%. Assim, se ligarmos diretamente esses índices, poderíamos dizer que a Paraíba conseguiu reduzir 4% da criminalidade violenta com o crescimento de 11,7% nas taxas de aprisionamento.

Embora argumentemos sobre isso, veremos no Gráfico 7 que a quantidade de crimes tentados ou consumados que resultam em prisões não estão concentrados diretamente nos homicidas.

Gráfico 8¹⁵ - Quantidade de crimes tentados ou consumados. Perfil geral do sistema penitenciário paraibano.



Fonte: Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referências: jun./2014. Gráficos do autor (2017).

Como é trabalhado no gráfico 8, a predominância da população carcerária está em indivíduos que cometeram crimes contra o patrimônio, correspondendo a 46%; seguido dos crimes contra a pessoa 18%; Entorpecentes 15% e 11% que se encaixam no estatuto do desarmamento.

Os crimes contra a pessoa são os que merecem nossa maior atenção, pois são neles que estão concentradas as prisões dos homicidas. Como concluiu Nóbrega Jr. (2014), quando as prisões se mostram focadas em homicidas seriados, o resultado para a redução dos homicídios pode ser alcançado, como ocorrido no vizinho estado de Pernambuco que focou em prisões de acusados de homicídios e gerou uma queda destacada da criminalidade homicida.

15

(1) Inclui os itens Homicídio Simples, Homicídio Qualificado e Sequestro e Cárcere Privado.

(2) Inclui os itens Furtos, Roubos, Latrocínio, Extorsão, Apropriação Indébita, Apropriação Indébita Previdenciária, Estelionato, Receptação e outros não listados entre os artigos 156 e 179

(3) Inclui os itens Estupro, atentado ao pudor, corrupção de menores, tráfico interno e internacional de pessoa a fim de exploração sexual, outros (Artigos 215, 216-A, 218-A, 218-B, 227, 228, 229, 230).

(4) Inclui o item Quadrilha ou Bando.

(5) Inclui os itens Moeda Falsa, Falsificação ideológica, de Papéis, Selos, Sinal e Documentos Públicos.

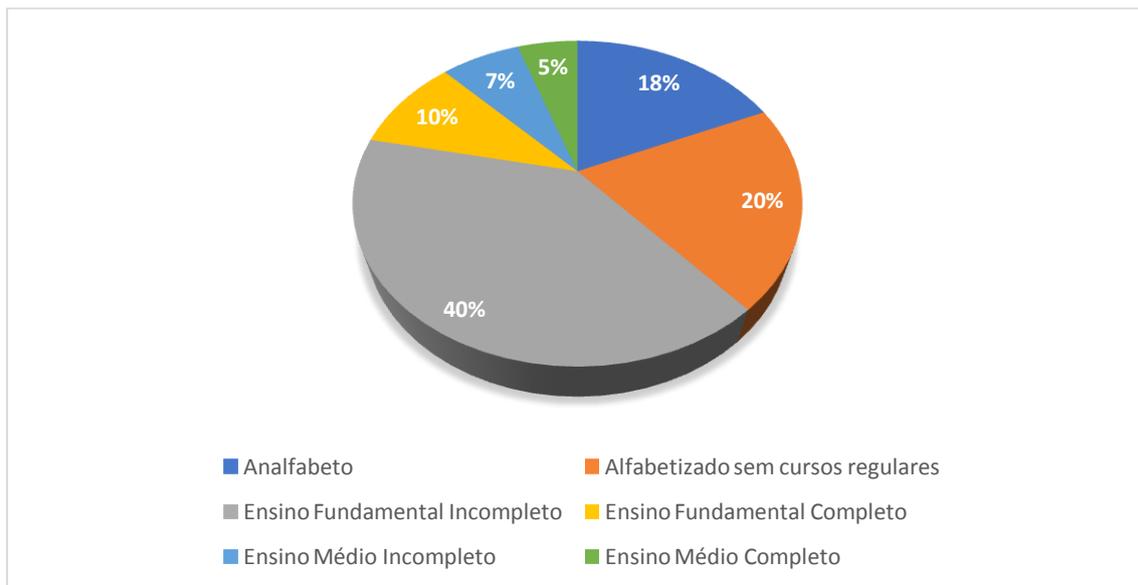
(6) Crimes contra a administração pública: peculato (Art. 312 e 313), concussão e excesso de exação (Art. 316), corrupção passiva (Art. 317), corrupção ativa (Art. 333)

(7) Inclui os itens Tráfico de Entorpecentes nacional ou internacional e Associação com tráfico.

(8) Inclui os itens porte ilegal de arma de fogo de uso permitido, disparo de arma de fogo, posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, comércio ilegal de arma de fogo, tráfico internacional de arma de fogo.

É importante destacar também que o nível educacional dos envolvidos na criminalidade que acabam sendo presos, se assemelha bastante com o perfil encontrado nas vítimas de homicídio demonstrado no capítulo 2 deste estudo.

Gráfico 9 - Perfil dos presos no sistema penitenciário paraibano, por grau de instrução no ano de 2014.



Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referência: jun./2014. Gráfico do autor (2017).

O gráfico 9 demonstra em níveis percentuais o grau de instrução do presidiário paraibano. A predominância fica por conta de indivíduos que possuem o ensino fundamental incompleto, analfabetos e alfabetizados sem cursos regulares.

É importante perceber que desse total, apenas 5% conseguiram terminar a linha de estudos básicos que dão formação mínima a maior gama de empregos legais ofertados, ou seja, o desvio do meio educacional pode condicionar os sujeitos a cometer o delito, ou, o inverso disso, a abertura da criminalidade pode inabilitar o indivíduo a permanecer nos estudos. O foco aqui é reconhecer que quando nos referimos a níveis de instrução educacional, quanto menor, maior é a probabilidade da inserção do indivíduo a criminalidade.

É fato que as políticas educacionais devem funcionar também com o objetivo de inibir essa entrada, se caracterizando indiretamente como uma política preventiva do crime, pois quando um jovem é inserido no universo educacional que compreende temáticas científicas, de lazer e ocupação, sua disponibilidade de abertura à criminalidade é comprometida. Para isso, é importante levar em consideração que valores de base da estrutura social, são

subjetivos e que muitas das vezes a atenção dessas políticas têm que ser especificamente setoriais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa proporcionou uma breve explicação sobre a temática da violência homicida, com destaque ao Estado da Paraíba no Nordeste Brasileiro. O estudo iniciou com uma revisão da literatura que deu embasamento empírico ao exame da dinâmica analisada nos capítulos posteriores, essa fundamentação teórica sobre segurança pública no Brasil, foi o que alicerçou e situou o leitor para a temática presente.

A conjuntura da violência demonstrada no capítulo seguinte, ratificou por meio de fontes confiáveis, o crescimento das mortes por arma de fogo na Paraíba, analisando um período de 14 anos, onde foi realizado o cruzamento dos números socioeconômicos com as taxas de homicídios, mostrando a relação oposta da melhoria desses índices com o crescimento da violência, pois ao passo que a condição social se desenvolveu positivamente, a violência homicida aumentou.

A unidade trouxe dados que definiu o “perfil do homicídio”, discernindo informações subjetivas do indivíduo/vítima, bem como características sociais como local de ocorrência, circunstância civil e níveis de escolaridade. Em outras palavras, permite-se dizer que na Paraíba a violência tem um aspecto visivelmente definido. São esses, homens, com baixos níveis de instrução, de cor negra, solteiros e com uma faixa etária de 15 a 29 anos.

A linearidade do estudo mostrou também que as principais cidades do Estado além de carregarem consigo o maior número populacional, também são responsáveis pelas maiores taxas de homicídios, bem como cidades que começam a se destacar pelo bom rendimento do PIB também tendem a ter uma maior insegurança social, a exemplo de Sousa.

Trabalhar esses pontos antes de abordar a análise da política pública de segurança (Paraíba Unida Pela Paz), foi como uma base para que o leitor compreendesse o processo histórico da violência no Estado. No capítulo que encerrou este trabalho tentou-se mostrar como o programa Paraíba Unida Pela Paz se constituía, definindo suas fases de construção, principais operações e o impacto de algumas ações no controle da criminalidade violenta.

O estudo demonstrou que a PUPP, conseguiu em sua primeira etapa de atuação sob a administração do Governador Ricardo Coutinho, reduzir os índices de violência através de ações repressivas e preventivas ao crime. Mostrou também que a política de apreensão a armas de fogo foi primordial na redução dos homicídios, pois no período analisado, as apreensões ascenderam mais de 70%. Em teste de correlação bivariada, mostramos que a variável supracitada teve forte correlação com a diminuição das taxas de homicídios dos

respectivos anos. Somado a isto, ações de ostensividade policial puderam inibir e reforçar as abordagens a indivíduos suspeitos de delito.

No geral, pudemos diagnosticar que o fenômeno da violência parte de vários fatores, e neste estudo buscamos trabalhar algumas variáveis para explicar parte disto. Ressalto que este trabalho não se dá por concluído, ele é uma partida para o aprofundamento de análises futuras.

Como foi possível analisar no desenho desta pesquisa, o paradigma dos homicídios na Paraíba analisado a nível referencial da ONU (tolerância de até 10 homicídios por 100mil habitantes), está longe do ideal, mas se considerarmos a ponto de Nordeste, o Estado que já foi classificado como um dos mais violentos está paulatinamente revertendo o cenário sendo um dos poucos que está reduzindo a violência. Em outras palavras, a conjuntura governamental está iniciando uma fase de força institucional no que se refere ao controle da violência, até então como demonstrado na radiografia dos homicídios, o Estado estava em situação de calamidade administrativa na área de políticas públicas em segurança. Esperamos que, ao passar dos anos, esta política de governo passe por aprimoramentos e torne-se política de Estado.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio; PASINATO, Wânia. Crime, violência e impunidade. **Revista Eletrônica de Jornalismo Científico – Com Ciência – SBPC/Labjor**. 2008. Disponível em: comciencia.br/comciencia/?sextion=8&edição=35&id=420&tipo=1.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (2014), **8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2014.

BEATO, C.C.; REIS, I.A. "Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime", in R. Henriques (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro, IPEA. 2000.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo de Castro. **Causas e consequências do crime no Brasil** – Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir; CARVALHO, Alexandre. (2007) **O Jogo dos Sete Mitos e a Miséria da Segurança Pública no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

CLOWARD, Richard A; OHLIN, Lloyd E. (1960). **Delinquency and opportunity**. A theory of delinquent gangs. Glencoe, Ill.: The Free Press, 1960. 220 pp.

DE MELLO, J. M. P. *Assessing the crack hypothesis using data from a crime wave: the case of São Paulo*. Rio de Janeiro, Pontifícia Universidade Católica – Departamento de Economia, 2010. (Texto para Discussão, n. 586).

HIRSCHI, T. **Causes of Delinquency**. Berkeley, California: University of California Press, 1969.

HIRSCHI, Travis. **Causes of Delinquency**. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press, 1969.

HOJMAN, De. Inequality, unemployment and crime in Latin American cities. **Crime, Law and Social Change**, v. 41, n. 1, p. 33-51, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos estados e dos municípios brasileiros**: 2014IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais – Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

KELLY, Morgan. **The Review of Economics and Statistics**. *Inequality and Crime*, Institute of Technology, University of Warwick, v. 82, p. 530-539, 2000. Disponível em: <http://www.mitpressjournals.org/doi/abs/10.1162/003465300559028#.U_EyC_ldXv0>. Acesso em: 10 maio 2014.

KROHN, M. (1976) *Inequality, unemployment and crime: a cross-national analysis*. Sociological Quarterly, v.17, p.303-313, Summer 1976.

LOUREIRO, André O. F.; CARVALHO JUNIOR, José Raimundo. **Uma análise econométrica do impacto dos gastos públicos sobre a criminalidade no Brasil**. Fortaleza: Laboratório de Estudos da Pobreza / CAEN / UFC, 2006. (Ensaio sobre Pobreza, 09).

MENDONÇA, M. J. **Um modelo de criminalidade para o caso brasileiro**. Rio de Janeiro, Ipea. 2000. (Manuscrito).

MUCHEMBLED, Robert. N *Laviolence auvillage: Sociabilité et comportements populaires em Artoisdu Vau XVII siècle*. Turnhout: Brepóls, 1989.

NÓBREGA JR., José Maria Pereira da; ZAVERUCHA, Jorge (2013), Violência Homicida em Campina Grande e João Pessoa: dinâmica, relações socioeconômicas e correlação com o desempenho econômico. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 102, p. 321-336.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da (2014)"Políticas públicas e segurança pública em Pernambuco: o case pernambucano e a redução da violência homicida ". **LATITUDE**, Vol. 8, nº 2, pp. 315-335, 2014.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da. **Homicídios no Nordeste: Dinâmica, Relações Sociais e Desmistificação da violência homicida**". EDUFCG Editora: Campina Grande, 2012.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria P. da; Zaverucha, Jorge e ROCHA, Enivaldo C. da. "Homicídios no Brasil: revisando a bibliografia nacional e seus resultados empíricos", **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais BIB**, N. 67, 2009, PP. 75-94. ISSN 1516-8085.

RATTON, José Luiz. Pobreza, desigualdade, estrutura social e crime. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo G Ghiringhelli de (orgs). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

RESIGNATO, A. J. **Violent crime**: a function of drug use or drug enforcement? *Applied Economics*, v. 32, p. 681-688, 2000.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança Pública no Brasil**: Desafio e Perspectiva. Rio de Janeiro, 1 edição, FGV, 2008.

SAPORI, Luís Flávio; SOARES, Gláucio Ary D. (2014), “**Por que a violência cresce no Brasil?**”, Belo Horizonte: Autêntica Editora: Editora PUC Minas, 2014.

SILVEIRA, Andréa Maria. A Prevenção do Crime e Segurança Comunitária. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo G Ghiringhelli de (orgs). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SOARES, Gláucio Ary D. (2008), **Não matará**s. Desenvolvimento, desigualdade e homicídios. FGV Editora. Rio de Janeiro.

SOUZA, Luís Antônio F. de. **Crimes violentos**: desafios para uma política de segurança pública. *Jorna de Psicologia – PSI*, número 135. Janeiro/Abril 2003, p. 8-10, 2003.

TULDER, Frank P. van; TORRE, Abraham van der. **Modeling crime and the law enforcement system**. *International Review of Law and Economics*, Amsterdam, v. 19, p. 471-486, 1999. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1016/S0144-8188\(99\)00018-6](http://dx.doi.org/10.1016/S0144-8188(99)00018-6)>.